



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins**

**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2012**

Palmas-TO, Março de 2013



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins**

**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, **DN TCU nº 119/2012**, **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.

Palmas-TO, Março de 2013

RUBERVAL GOMES DA SILVA

Superintendente Regional

DANIEL MARTINS FELZEMBURG

Chefe da Procuradoria Federal Especializada

BERENICE KRAN DE OLIVERIA

Chefe da Divisão de Administração

LUIZ AMADO PEREIRA JÚNIOR

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

BENJAMIM AURÉLIO MENDES

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

ELEUSA MARIA GUTEMBERG

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

EDUARDO CAMILO TERRA DOS SANTOS

Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

SUMÁRIO

PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1.	Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	17
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	17
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	19
1.3	Organograma Funcional	20
1.4	Macroprocessos Finalísticos.....	27
1.5	Macroprocessos de Apoio	28
1.6	Principais Parceiros	29
2.	Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	30
2.1	Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	30
2.2	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	30
2.3	Execução do Plano de Metas ou de Ações	31
2.4	Indicadores	32
3.	Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	33
3.1	Estrutura de Governança	33
3.2	Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos.....	34
3.3	Remuneração Paga a Administradores.....	35
3.4	Sistema de Correição.....	35
3.5	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	37
4.	Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	39
4.1	Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	39
4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	39
4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	39
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	39
4.1.4	Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	39
4.1.4.1	Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	39
4.1.5	Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	72
4.1.6	Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	72
4.1.6.1	Ações vinculadas ao Programa 2120 - Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	72
4.1.6.2	Ações vinculadas ao Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União ..	77
4.2	Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	78
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	78
4.2.2	Programação de Despesas	78
4.2.2.1	Programação de Despesas Correntes.....	78
4.2.2.2	Programação de Despesas de Capital	78
4.2.2.3	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	78
4.2.2.4	Análise Crítica.....	78
4.2.3	Programação de Despesas	79
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa.....	81
4.2.4.1	Execução da Despesa com Créditos Originários.....	81
4.2.4.1.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	81
4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	81

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	81
4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	81
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	82
4.2.4.2.3 Análise Crítica.....	84
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	85
5.1 Reconhecimento de Passivos.....	85
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	85
5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	85
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	85
5.2.2 Análise Crítica.....	85
5.3 Transferências de Recursos	87
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	87
5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	89
5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	89
5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	90
5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	91
5.3.6 Análise Crítica.....	92
5.4 Suprimento de Fundos.....	93
5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	93
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral	93
Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.....	93
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo	93
5.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ.....	94
5.4.1.4 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos.....	95
5.4.1.5 Análise Crítica.....	96
5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	96
5.6 Gestão de Precatórios	96
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	97
6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	97
6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	97
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	98
6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	99
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	99
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	100
6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	101
6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	102
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....	102
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	102
6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	103
6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos	103
6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	103
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	103
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico.....	104
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	105
6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	105
6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	105
6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	105

6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de Concurso Público	105
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	105
6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	106
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	107
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários	108
7.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	109
7.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	109
7.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	109
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	109
7.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	110
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	111
7.2.4	Análise Crítica.....	112
8.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	113
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação - TI.....	113
8.2	Análise Crítica.....	113
9.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	116
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	116
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	117
10.	Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas.....	118
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.....	118
10.1.1	Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	118
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	119
10.1.3	Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	121
10.1.4	Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	128
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	134
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	134
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	134
10.4	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	135
10.4.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	135
11.	Informações Contábeis.....	136
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	136
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	136
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	136
11.2.1	Declaração com Ressalva.....	136
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	137
11.4	Parecer da Auditoria Independente	137
12.	Outras Informações Sobre a Gestão	138
PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....		141
13.	Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares	141
14.	Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	142
ANEXOS		143

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	17
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	34
Quadro A.4.1– Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ -Ação 2105	39
Quadro A.4.2- Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426	41
Quadro A.4.3– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378.....	42
Quadro A.4.4– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387.....	43
Quadro A.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460.....	45
Quadro A.4.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384.....	47
Quadro A.4.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427.....	48
Quadro A.4.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7	52
Quadro A.4.9 - Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396	53
Quadro A.4.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398.....	56
Quadro A.4.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320.....	58
Quadro A.4.12 - Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358	59
Quadro A.4.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374.....	60
Quadro A.4.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370.....	63
Quadro A.4.15– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – 2109.....	64
Quadro A.4.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4284.....	65
Quadro A.4.17– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4304.....	67
Quadro A.4.18 - Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470	68
Quadro A.4.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859.....	69
Quadro A.4.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1	70
Quadro A.4.21 - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000	73
Quadro A.4.22 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572	74
Quadro A.4.23 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103	75
Quadro A.4.24 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 20TP	76
Quadro A.4.25 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 0181	77
Quadro A.4.26 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8402.....	71
Quadro A.4.27 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	79
Quadro A.4.28 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	81
Quadro A.4.29 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	82
Quadro A.5.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	85
Quadro A.5.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	87
Quadro A.5.3 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	89
Quadro A.5.4 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	89
Quadro A.5.5 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	90
Quadro A.5.6 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	91
Quadro A.5.7 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	93
Quadro A.5.8 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	93
Quadro A.5.9 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	94
Quadro A.5.10- Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	95

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	97
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	98
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	99
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	99
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	100
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	101
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	102
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	102
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	103
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	104
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	104
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	104
Não houve ocorrência no exercício.....	104
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	105
Quadro A.6.14 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva....	106
Quadro A.6.15 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	107
Quadro A.6.16 - Composição do Quadro de Estagiários	108
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	109
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros....	110
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	111
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	113
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	116
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	117
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	118
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	119
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	121
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	128
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	134
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	135

LISTA DE TABELAS

Tabela I- Macroprocessos Finalísticos.....	27
Tabela II- Macroprocessos de Apoio	28
Tabela III - Programas e ações.....	31
Tabela IV - Atividades Serviço de Cadastro Rural 2012.....	41
Tabela V Detalhamento da Execução Física da Ação 8387	44
Tabela VI- Detalhamento das vistorias realizadas exercício 2012	44
Tabela VII - Áreas Obtidas em 2012	46
Tabela VIII- Execução Orçamentária por Modalidade de Crédito	49
Tabela IX Modalidades e Valores de Concessão de Crédito	50
Tabela X Famílias Atendidas com Complementação de Crédito Instalação	50
Tabela XI- Crédito Instalação Aplicado	51
Tabela XII – Famílias Atendidas – Convenio 776970/2012.....	54
Tabela XIII- Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores e Concluídas em 2012	54
Tabela XIV – Serviços Topográficos contratados no exercício de 2012.....	56
Tabela XV - Serviços topográficos iniciados em exercícios anteriores e concluídos em 2012.....	57
Tabela XVI Atividades IN 71 (IN 47)	60
Tabela XVII – Detalhamento Ação 8374	61
Tabela XVIII - Parcerias vigentes exercício 2012.	68
Tabela XIX – Relação de Imóveis- Ação 0859	70
Tabela XX – Documentos Emitidos	72
Tabela XXI - Capacitações Realizadas SR(26)TO em 2012	75
Tabela XXII – Processo de fiscalização de áreas acima de 5.000 hectares	143
Tabela XXIII – Frota SR(26)TO.....	148
Tabela XXIV–Obras concluídas no exercício financeiro de 2012	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Evolução da Execução da Ação 2105	40
Gráfico II – Detalhamento da Execução Física da Ação 8387	44
Gráfico III - Famílias assentadas por forma de obtenção	48
Gráfico IV – Famílias Atendidas por Modalidade de Crédito	50
Gráfico V – Execução orçamentária da ação 0427	51
Gráfico VI - Prisões Realizadas	66
Gráfico VII – Execução da despesa por categoria econômica.....	84
Gráfico VIII – Execução da Despesa por Grupo	84
Gráfico IX – Celebração de convênios 2010 a 2013	92

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC - Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de Protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
 SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
 TCE - Tomada de Contas Especiais
 TCT – Termo de Cooperação Técnica
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins é o instrumento governamental de transparência das realizações desenvolvidas no exercício e tem a finalidade de prestar contas à sociedade das ações empreendidas pela autarquia. O balanço das atividades realizadas no exercício financeiro de 2012 possibilita uma visão detalhada dos trabalhos executados, bem como contribui para a publicidade dos atos de gestão e para aferir se os objetivos e metas estabelecidos foram alcançados.

O relatório foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, bem como a Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012. Está estruturado em duas partes, sendo que na primeira, Parte A, apresenta o Conteúdo Geral (Informações da Gestão), como informações de identificação da unidade, Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações, Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão do Patrimônio Imobiliário e outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Na segunda parte, B, são apresentados os conteúdos específicos da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins – SR(26)/TO, como o levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares, em conformidade com a Portaria INCRA/P nº 12, de 24/1/2006, e principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 150/2012 que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa:

I) Parte A – Conteúdo Geral:

Item 4	4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
	4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
	4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
	4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
	4.2.2 Programação de Despesas
	4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários
Justificativa: Não se aplica à estrutura da UJ, pois a Regional não figura na Lei do Plano Plurianual como gestora de programas de temáticos. Além disso, as Unidades Gestoras que a compõem não são Unidades Orçamentárias (UO) e não têm Unidade Gestora Orçamentária (UGO) consolidada ou agregada.	
Item 5	5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.
	5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B
	5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
Justificativa: Não houve ocorrência no exercício	
Item 6	6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
	6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
	6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

	6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC, Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
Justificativa: Não houve ocorrência no exercício	

Item 11	11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976
	11.6 Parecer da Auditoria Independente
Justificativa: Quanto ao item 11.4 o mesmo não se aplica a UJ, pois contabilidade desta Regional é executada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, já o item 11.6 não houve ocorrência no exercício.	

A dotação orçamentária autorizada para a SR(26)TO - conforme a Lei Orçamentária e Plano de Compromisso do Exercício Financeiro de 2012, com posteriores ajustes decorrentes do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, foi de R\$ 71.490.809,34 (setenta e um milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e nove reais e trinta e quatro centavos). Desse montante, R\$ 40.575.528,00 (quarenta milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais) foram consignados na ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Do valor total autorizado, foram provisionados R\$ 53.510.557,63 (cinquenta e três milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos), que correspondem a 74,85% da dotação orçamentária. Desse montante foram empenhados R\$ 49.597.107,10 (quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, cento e sete reais e dez centavos) e pagos R\$ 7.138.154,18 (sete milhões, cento e trinta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), resultando em 13,34% de execução orçamentária, e inscritos R\$ 42.458.952,92 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) em restos a pagar.

É importante esclarecer que a maioria das ações do INCRA tem alto grau de complexidade, com diversas fases e subfases, que demandam mais de um exercício para conclusão e obtenção da meta física estabelecida. Cita-se como exemplo as ações 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Já a execução de outras ações transcende o exercício financeiro: 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária. Assim, ressaltamos a complexidade e a dificuldade de alocação da meta no exercício financeiro no qual foi iniciada a sua execução.

Outro fator que influenciou diretamente a execução das ações da Superintendência Regional em 2012 foi a greve dos servidores da autarquia, no período de 4 de julho a 14 de setembro, totalizando 73 dias de paralisação, que afetou o planejamento e o desenvolvimento de todas as ações previstas no Plano de Compromissos.

Em conformidade com as estratégias do Governo Federal de identificar e executar ações de superação da pobreza extrema, as ações do INCRA estão sendo inseridas gradativamente no Plano Brasil sem Miséria, com foco no combate à miséria no meio rural.

Com este foco, o INCRA selecionou projetos de assentamento que terão prioridade no acesso às ações e programas do Plano Brasil sem Miséria. No Tocantins foram indicadas, inicialmente, 585 famílias em 12 assentamentos, que terão acesso às políticas do plano executadas pelos entes e órgãos do Governo Federal a partir de 2013.

A Superintendência Regional coletou assinaturas em 1.749 contratos de beneficiários distribuídos em 85 assentamentos para adesão ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), cujos objetivos são incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável, promover a cidadania, melhorar as condições de vida e elevar a renda população beneficiária, e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Para participar do Programa Bolsa Verde, o INCRA cadastrou famílias que atendem, cumulativamente, às seguintes condições do programa: encontrar-se em situação de extrema pobreza, equivalente a renda per capita mensal de até R\$ 70,00, estar inscrita no Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico), além de desenvolver atividades de conservação ambiental nas áreas consideradas prioritárias pelo Governo Federal, neste caso em projetos de assentamento.

No último trimestre de 2012, a unidade realizou dois encontros no Território da Cidadania do Bico do Papagaio e um no Território Rural da Área de Preservação Ambiental do Bananal e Cantão para discutir com lideranças dos projetos de assentamento e prefeitos eleitos as ações do Plano Brasil Sem Miséria destinadas à agricultura familiar, como Programa Água Para Todos, PAC 2 Infraestrutura, Pronatec e Programa Bolsa Verde.

Com base na diretriz de combate à miséria e integração de políticas públicas, os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária foram incluídos no público a ser atendido pelo Programa Nacional de Habitação Rural por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural com a publicação da Portaria Interministerial Nº 78, de 19 de fevereiro de 2013.

PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: SR-26/TO			
Código SIORG: 4148	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373085	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(63) 3219-5200	(63) 3219-5201	(63) 3219-5205
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: 302 Norte, Alameda 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte. CEP 77.006-336 Palmas (TO)			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 95, de 8 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991, com definição de competências atribuídas pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT nº 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133084	Unidade Avançada de Araguaína		
373079	Unidade Avançada de Gurupi		
373086	Unidade Avançada de Araguaatins		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins		

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373085	37201
133084	37201
373079	37201
373086	37201

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

O INCRA tem como missão implantar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. A visão de futuro da autarquia é ser referência internacional de soluções de inclusão social.

A atuação do instituto é pautada por cinco diretrizes estratégicas, que visam a implantação da política de reforma agrária, o desenvolvimento do meio rural e o gerenciamento da estrutura fundiária nacional. Essas diretrizes podem ser consultadas no portal do INCRA, no endereço eletrônico www.incra.gov.br. Deve-se destacar que o objetivo dessas diretrizes é orientar as ações institucionais com o objetivo final de promover o desenvolvimento rural sustentável, a desconcentração da estrutura fundiária, a promoção de igualdade, a redução da violência e da pobreza no campo.

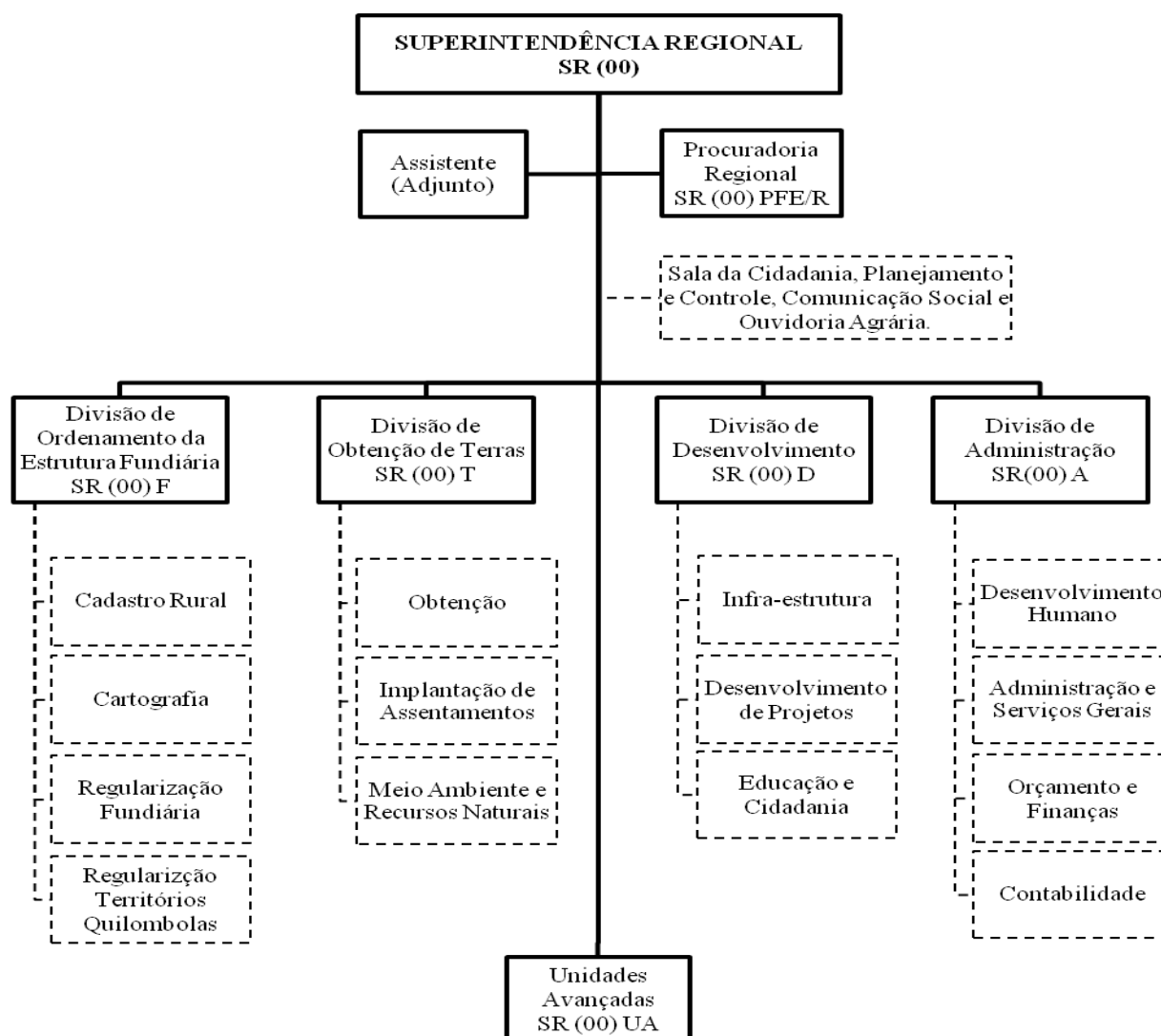
De acordo com o Regimento Interno, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins – SR(26)TO é um órgão descentralizado, que tem a competência de coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos, que podem ser assim definidos:

- **Gerenciamento da estrutura fundiária:** gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (Lei 5.868/72); fiscalização cadastral; implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Lei 10.267/01); emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); treinamento e capacitação das Unidades Municipais de Cadastramento.
- **Regularização da estrutura fundiária:** georreferenciamento de imóveis; destinação de terras públicas; discriminação e arrecadação de terras devolutas; regularização e titulação de quilombolas, desinstituição de agricultores familiares de áreas indígenas.
- **Implantação e desenvolvimento de assentamentos:** obtenção de terras; cadastramento e seleção de famílias; criação de projetos de assentamento; demarcação topográfica; licenciamento ambiental; assistência técnica e extensão rural; concessão de créditos; infraestrutura básica; crédito para investimento e custeio da produção; fomento à agroindústria e à comercialização; concessão de títulos de domínio e posse às famílias assentadas; recuperação de passivo ambiental; conservação ambiental, programas e ações nas áreas de educação, cidadania e igualdade de direitos de gênero, raça e etnia.

A execução das ações da SR(26)TO tem como principais objetivos promover o acesso a terra; implantar ações para incentivar a produção, a geração de renda e o acesso a direitos fundamentais dos agricultores familiares assentados em parcerias com outros entes governamentais; assegurar a qualificação dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva; e gerenciar a estrutura fundiária no Estado com a gestão e a fiscalização cadastral dos imóveis rurais e a certificação das propriedades rurais.

Deve-se destacar que, no exercício de 2012, a execução das ações da Superintendência Regional foram afetadas significativamente pela greve dos servidores da autarquia, que perdurou de 4 de julho a 14 de setembro, totalizando 73 dias de paralisação.

1.3 Organograma Funcional



A estrutura organizacional do INCRA apresentada por meio do organograma acima foi definida pelos Decretos nº 5.735, de 27/3/2006, e 5.928, de 13/10/2006, além da Portaria MDA/Nº 69, de 19/10/2006. Estes normativos foram alterados pelo Decreto nº 6.812, de 3/4/2009, e Portaria nº 20, de 8/4/2009, que não estabeleceram novo desenho de organograma, mas apresentaram nova estrutura, incluindo as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da

página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F – compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar

levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder a vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária;

Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder a articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sociocultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implantação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas

áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de

Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao Escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Registra-se que no âmbito do INCRA não há documento oficial ou estudo para mapear os seus macroprocessos. Não obstante a isso, pela leitura do Decreto-Lei Nº 1.110, de 09 de julho de 1970, que criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), bem como a estrutura regimental da Autarquia pode-se inferir que a Instituição possui 03 (três) macroprocessos finalísticos, a saber:

- Ordenamento da Estrutura Fundiária;
- Obtenção de Terras;
- Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos Rurais

Na tabela abaixo, conforme os normativos citados anteriormente demonstram-se os 03 (três) macroprocessos finalísticos, com seus respectivos processos, produtos, clientes e necessidades.

Tabela I- Macroprocessos Finalísticos

MACROPROCESSO: ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA			
Tem por objetivo normatizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de implantação, fiscalização e manutenção dos cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR; de natureza cartográfica, incluindo ações de georreferenciamento; de discriminação, arrecadação, destinação, controle e titulação em terras devolutas e públicas federais; de ratificação de titulação de imóveis em faixa de fronteira; de controle do arrendamento e da aquisição de terras por estrangeiros; e de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de territórios quilombolas.			
Processo	Produto	Cliente	Necessidade
• Cadastro Rural • Cartografia • Regularização Fundiária • Quilombolas	• Sistemas cadastrais. • Certificação emitida. • Imóveis regularizados. • Comunidade de remanescentes de quilombos regularizados.	Posseiros da agricultura familiar, comunidades tradicionais e quilombolas.	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do INCRA, realizar a fiscalização das informações cadastrais e da função social da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra
MACROPROCESSO: OBTENÇÃO DE TERRAS			
Tem por objetivo coordenar, regulamentar, orientar e supervisionar as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação de terras ao patrimônio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; as atividades de seleção de famílias, promoção do acesso à terra e criação de projetos de reforma agrária; e aproveitamento sustentável do meio-ambiente e dos recursos naturais nos Projetos de Assentamento.			
Processo	Produto	Cliente	Necessidade
• Obtenção • Implantação de Assentamentos • Meio Ambiente e Recursos Naturais	• Imóvel adquirido / desapropriado. • Projeto de Assentamento criado. • Licenciamento protocolado.	Agricultores rurais sem terra.	• Democratizar o acesso a terra, bem como contribuir para o combate da pobreza no meio rural. • Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.
MACROPROCESSO: DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS			
Tem por objetivo coordenar, supervisionar e normatizar o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento; integrar políticas públicas e ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para garantir o desenvolvimento sustentável, econômico e social dos Projetos de Assentamento.			

Processo	Produto	Cliente	Necessidade
• Infraestrutura • Desenvolvimento de Projetos • ATER • Crédito • Educação e Cidadania	• Estrada construída / recuperada. • Projeto de Assentamento sustentável. • Atendimento com assistência técnica. • Crédito concedido. • Agricultor escolarizado.	Famílias assentadas da Reforma Agrária.	• Qualificar e consolidar os Projetos de Assentamento desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, Agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural. • Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Como já informado anteriormente no âmbito da autarquia não há macroprocessos mapeados, todavia pela leitura do Regimento Interno do INCRA infere-se que as áreas de Gestão Administrativa e Gestão Estratégica reapresentam os macroprocessos de apoio.

Tabela II- Macroprocessos de Apoio

MACROPROCESSO: GESTÃO ADMINISTRATIVA			
Processo	Produto	Cliente	Necessidade
• Desenvolvimento Humano • Serviços Gerais • Orçamento e Finanças • Contabilidade • Transporte • Licitação e Convênios	• Servidores capacitados. • Atividades consideradas finalísticas com o devido suporte administrativo.	Servidores, terceirizados e estagiários.	• Propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos. • estruturar, executar e acompanhar as atividades de licitação e contratos, administração de bens patrimoniais e de serviços gerais. • Coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades de administração e execução orçamentária e financeira, créditos e financiamentos. • Realizar todos os atos administrativos necessários ao suporte das atividades consideradas finalísticas do INCRA.
MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA			
Tem por objetivo coordenar, monitorar e avaliar, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal, as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de programação orçamentária, os planos relativos às políticas de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária, compatibilizando as diretrizes estratégicas da Autarquia com os projetos de desenvolvimento de recursos humanos, formulação e avaliação orçamentária, gestão da informação e programas de avaliação do desempenho gerencial.			

Processo	Produto	Cliente	Necessidade
- Planejamento - Monitoramento - Controle - Tecnologia da Informação	- Atividades finalísticas planejadas e monitoradas. - Questões de tecnologia da informação geridas.	Servidores.	- Coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas, ações e metas. - Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento do Plano de Compromisso e suas reformulações. - Coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilizar informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas. - Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas. - Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão. - Realizar gestão da tecnologia da informação.

1.6 Principais Parceiros

Tradicionalmente, a autarquia tem como parceiros os órgãos da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo na esfera federal estadual e municipal. No exercício de 2012, as seguintes ações foram executadas com apoio de parceiros:

Ação	Parceiros
2105 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário e Prefeituras (Unidades Municipais de Cadastramento)
2109 Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	Companhia Nacional de Abastecimento
4284 Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo	Ouvidoria Agrária Regional, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Delegacia de Repressão a Conflitos Agrários (Polícia Civil), Núcleo Agrário da Polícia Militar.
4304 Mediação de Conflitos Agrários	Ouvidoria Agrária Regional, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Delegacia de Repressão a Conflitos Agrários (Polícia Civil), Núcleo Agrário da Polícia Militar.
8370 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Escola Família Agrícola de Porto Nacional.
8396 Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Prefeituras Municipais, Secretaria de Estado da Infraestrutura e Agência Tocantinense de Saneamento.
8402 Documentação da Trabalhadora Rural	Secretaria de Estado da Segurança Pública, Instituto Nacional do Seguro Social, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Prefeituras Municipais, Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Não há Planejamento Estratégico no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A Unidade adotou as seguintes estratégias de atuação para assegurar a execução das atribuições institucionais:

- a) Reuniões periódicas com representantes das entidades sindicais e sociais de trabalhadores rurais sem terra e agricultores familiares assentados para identificar demandas e prioridades nas ações de reforma agrária;
- b) Reuniões em Projetos de Assentamentos com o objetivo de identificar demandas específicas das famílias assentadas;
- c) Reuniões com gestores municipais e estaduais para discutir demandas dos assentamentos e estratégias de atuação a fim de solucionar questões apresentadas pelas famílias assentadas;
- d) Definição de áreas prioritárias para assentamento de famílias a fim de atender trabalhadores rurais acampados ou intervenção em imóveis classificados como áreas de conflito agrário;
- e) Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento, com orientação aos sindicatos de trabalhadores rurais e associações de sem terra sobre o perfil e a aptidão necessários, assim como os impedimentos e os critérios de cadastro, seleção, legitimação e homologação;
- f) Acompanhamento da situação socioeconômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas durante as visitas dos técnicos na execução de ações;
- g) Estabelecimento de parceria com o Governo do Estado para implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento;
- h) Discussão e elaboração de propostas pedagógicas de cursos com o objetivo de promover a capacitação e a qualificação educacional dos beneficiários de reforma agrária por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera);
- i) Gerenciamento da estrutura fundiária com a gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) por meio da atualização de dados dos imóveis, fiscalização cadastral, georreferenciamento das propriedades e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- j) Treinamento dos gestores das Unidades Municipais de Cadastramento para assegurar os serviços de atualização e emissão do CCIR;
- k) Gestão para reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra por meio da intervenção da Ouvidoria Agrária Regional.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

No exercício de 2012, o INCRA teve como instrumento orientador para a execução das metas o Plano de Compromisso 2012/PC 2012, que orientou a execução dos programas e ações sob a responsabilidade da autarquia.

O Plano de Compromisso de 2012 se pautou pelo PPA 2012-2015, Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual, Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central de Planejamento.

Nesse contexto, no tocante ao desenvolvimento das políticas públicas de Reforma Agrária e do Ordenamento da Estrutura Fundiária a SR(26)TO executou 25 (vinte e cinco) ações relativas a 6 (seis) programas governamentais, conforme descrito a seguir.

Tabela III - Programas e ações

Programa	Ação	
2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
	20S7	Supervisão e Fiscalização e Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária
	2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
	2109	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas
	4284	Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo
	4304	Mediação de Conflitos Agrários
	4320	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol
	4358	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento
	4460	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais Para Reforma Agrária
	8370	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
	8374	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
	8378	Gestão de Terras Públicas
	8384	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
	8387	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
	8396	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento
2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário	8398	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
	2000	Administração da Unidade
	20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União
	2103	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
2012 - Agricultura Familiar	4470	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	8402	Documentação da Trabalhadora Rural
2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	0859	Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas para as Comunidades Quilombolas
	20T1	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas

Fonte: SIAFI

No item 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, serão detalhadas e demonstradas a execução física e orçamentária das ações descritas na tabela acima.

A Superintendência Regional destaca que é necessário considerar na análise da execução das ações de 2012 as restrições orçamentárias e financeiras, assim como a paralisação dos trabalhos ocasionada pela greve dos servidores, que totalizou 73 dias no exercício.

2.4 Indicadores

No exercício de 2012 a Regional não desenvolveu os indicadores de desempenho para medir a efetividade dos principais processos da UJ, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

À Auditoria Interna do INCRA compete assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor

No âmbito das Superintendências Regionais, a Seção de Planejamento e Controle é responsável por coordenar e acompanhar a elaboração de planos e metas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo INCRA, executar análises gerenciais e monitoramento da execução das ações em conformidade com o estabelecido pela Diretoria de Gestão Estratégica. Tem ainda como atribuição disseminar as orientações da Auditoria Interna, prestando também informações às solicitações e questionamentos da unidade central e dos demais órgãos de controle.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x		
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.						x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x		
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x				
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a UJ.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correcional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do INCRA, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.¹

¹Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.²

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, a fim de obter maior controle sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do INCRA e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do INCRA, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há considerado volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/Nº 191, de 30.06.2009³, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

-
- II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
 - III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
 - IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
 - V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
 - VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
 - VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
 - VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
 - IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

² Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

³ Portaria INCRA/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

Nessa perspectiva, vale informar que a SR(26)TO possui 09 (nove) servidores capacitados para atuarem como membros de comissões correcionais, desses destacamos que apenas 02 (dois) servidores preenchem requisitos para presidir comissões, sendo que 01 (um) está à disposição da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, na qual ocupa cargo comissionado.

Registra-se que a falta de pessoal qualificado e com experiência na área de Direito para presidir as Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares é um óbice, impedindo a composição dessas comissões por servidores da Regional. Desta forma, a Unidade Jurisdicionada rotineiramente recorre a servidores de outros estados para compor tais comissões processuais.

Por fim, cumpre informar que no exercício financeiro de 2012 não houve a instauração de procedimentos disciplinares, e foram concluídos 04 processos iniciados em exercícios anteriores, 02 PAD e 02 Sindicâncias.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O INCRA conta com 02 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, freqüentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do INCRA.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

Dentro desse contexto, informa-se que devido à baixa capacidade operacional desta Regional, as informações sobre processos disciplinares estão desatualizadas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares. Não obstante a isso, esta Regional juntamente com a Divisão de Procedimentos Disciplinares/GABT-1 do INCRA/Sede envidará esforços para executar atividades de atualização das dessas informações.

Com a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público realizado em 2010, em 26 de fevereiro de 2013, a Regional lotou dois servidores no Serviço de Desenvolvimento Humano a fim de tornar mais célere a análise e tramitação de processos na área de gestão de pessoal. Espera-se com a medida que os processos disciplinares sejam atualizados com brevidade no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, atendendo assim às recomendações do órgão de controle.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a UJ

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a UJ

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a UJ

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.1– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ -Ação 2105

Identificação da Ação						
Código	2105					
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural					
Iniciativa	01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida ⁴	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
34.000,00	18.383,49	17.383,49	-	1.000,00	17.383,49	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada ⁵
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel	2.722	3.891	49.000,00	17.383,49

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

⁴Considerando que item descrito no campo “Dotação Inicial e Final” atribuída pela LOA não se aplicava a UJ, o mesmo foi substituído por provisão recebida.

⁵ Valores liquidados

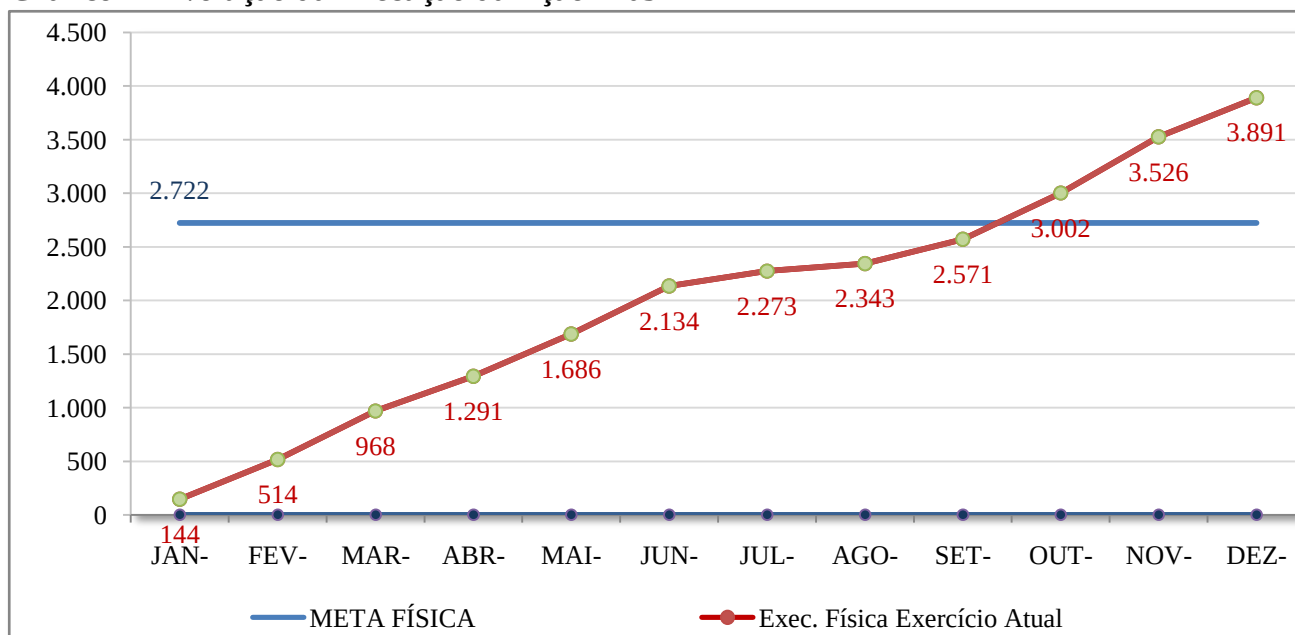
Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado	-	6.829,12	6.829,12	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.1, no exercício financeiro de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais). Foram provisionados R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), que representam 69,39% do valor previsto; desse valor foram empenhados R\$ 18.383,49 (dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos), dos quais foram pagos R\$ 17.383,49 (dezessete mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos), que representam 51,13% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

A meta física programada para o exercício de 2012 era de gerenciar 2.722 (dois mil setecentos e vinte e dois) imóveis, contudo foram gerenciados 3.891 (três mil oitocentos e noventa e um), o que representa execução de 142,95 % da meta física prevista. No gráfico abaixo, demonstra-se a execução física da ação no decorrer do exercício.

Gráfico I - Evolução da Execução da Ação 2105



Fonte: Painel de Indicadores /DEA

É importante mencionar que o indicador utilizado para aferir a execução da meta física da ação é imóvel gerenciado. Esse indicador é captado pela quantidade de imóveis que tiveram algum tipo de atualização de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Adicionalmente, vale esclarecer que qualquer tipo de atualização no SNCR depende da solicitação dos interessados (proprietários, arrendatários, detentores de posse entre outros) uma vez que os dados a serem alterados são declaratórios. Assim, a execução da meta física pode sofrer distorções em relação ao planejado inicialmente, pois a mesma fica condicionada ao comparecimento dos interessados ao INCRA ou às Unidades Municipais de Cadastramento – UMC.

Por fim, registra-se que além da atividade principal mensurada pelo indicador são executadas atividades complementares, as quais, apesar da grande relevância para a Autarquia não são computadas no resultado da meta. Como exemplo, emissão de CCIR, Fiscalização Cadastral, processos de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, análise Cadastral em Processos de

Certificação, Capacitação de Unidade Municipal de Cadastramento, Monitorias de Unidade Municipal de Cadastramento. Abaixo, demonstramos o rol de atividades executadas no exercício que compõem a ação.

Tabela IV - Atividades Serviço de Cadastro Rural 2012

Atividades	Quantidade
Atualização Cadastral	3.891
Emissão de CCIR	30.946
Processos de Fiscalização Cadastral	25
Processos de Aquisição por Estrangeiros Formalizados	15
Análise Cadastral em Processos de Certificação	1.935
Capacitação de Unidade Municipal de Cadastro	04
Monitorias de Unidade Municipal de Cadastro	08
Mandados de Segurança	34

Fonte: Planilha de atividades SR(26)/F.

Quadro A.4.2- Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio a gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel	-	336	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado	-	456,17	456,17	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

É importante informar, que no âmbito da Amazônia Legal, essa ação é executada pelas Superintendências Regionais do INCRA, no que se relaciona a certificação de peças técnicas de imóveis rurais (áreas particulares) e Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/SERFAL responsável pelo georreferenciamento dos perímetros de glebas e dos imóveis rurais localizados em áreas públicas federais, com o objetivo de regularização fundiária. Registra-se que apenas essa atividade é contabilizada para efeito da execução da meta física.

No que diz respeito à execução física/financeira, conforme demonstrado no quadro A.4.2, o Plano de Compromisso do Exercício Financeiro de 2012/PC-2012 não estabeleceu metas para a ação, contudo foram georreferenciados 336 imóveis (trezentos e trinta e seis).

Menciona-se que o resultado da ação foi viabilizado por meio da contratação de serviços de georreferenciamento de imóveis rurais localizados em áreas públicas no Estado do Tocantins contratados pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal em Brasília/DF.

Cumprir informar ainda que compete à Divisão Estadual de Regularização Fundiária Amazônia Legal as atividades de fiscalização dos objetos contratados pela SERFAL no Estado do Tocantins.

Com relação às atividades de certificação de imóveis rurais, no exercício de 2012 foram abertos 1.013 (um mil e treze), e foram certificados 506 (quinhentos e seis) processos.

Tendo em vista a escassez crônica de pessoal dos setores de cadastro e cartografia, esta Regional firmou termo de cooperação técnica com o Governo do Estado do Tocantins, em outubro de 2011, tendo como interveniente a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, com a finalidade de assegurar apoio à execução das atividades de certificação de imóveis rurais. Para tanto, o Estado colocou 17 servidores à disposição da Regional para apoio operacional essas atividades.

Também, é importante mencionar que em novembro de 2011, o INCRA Sede firmou termo de cooperação técnica com o Exército a fim para acelerar a análise dos processos de certificação no País. Em fevereiro de 2012 esta Regional encaminhou 1.000 (mil) processos para análise em Brasília (DF).

Quadro A.4.3– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio a gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
41.474,92	23.420,92	12.666,92	-	10.754,00	12.666,92	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha	-	-	-	12.666,92

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O PC/2012 não estabeleceu limite orçamentário para esta ação, todavia, foram provisionados R\$ 41.474,92 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos), dos quais foram empenhados 23.420,92 (vinte e três mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e dois centavos), com pagamento de R\$ 12.666,92 (doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), que representa 54,08% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 10.754,00 (dez mil setecentos e cinquenta quatro reais).

Quanto à execução do crédito orçamentário provisionado, a mesma visou o suporte de despesas com a manutenção desta Regional e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, como: serviços de terceiros pessoa jurídica e material de consumo.

Quadro A.4.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
229.766,98	180.733,71	152.730,90	-	28.002,81	152.730,90	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada	Ha	42.500,00	36.905,75	212.700,00	152.730,90

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada	-	16.482,23	1.822,80	14.580,68	78,75

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o Quadro A.4.4, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 212.700,00 (duzentos e doze mil, e setecentos reais), contudo foram provisionados R\$ 229.766,98 (duzentos e vinte e nove reais, setecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), que representam 108,02% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 180.733,71 (cento e oitenta mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e um centavos) dos quais foram pagos R\$ 152.730,90 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta reais e noventa centavos), que representam 66,47% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 28.002,81 (vinte e oito mil dois reais e oitenta e um centavos).

A meta física estabelecida para o exercício de 2012 era vistoriar 42.500 ha (quarenta e dois mil e quinhentos hectares), todavia foram vistoriados 36.905,74 ha (trinta e seis novecentos e

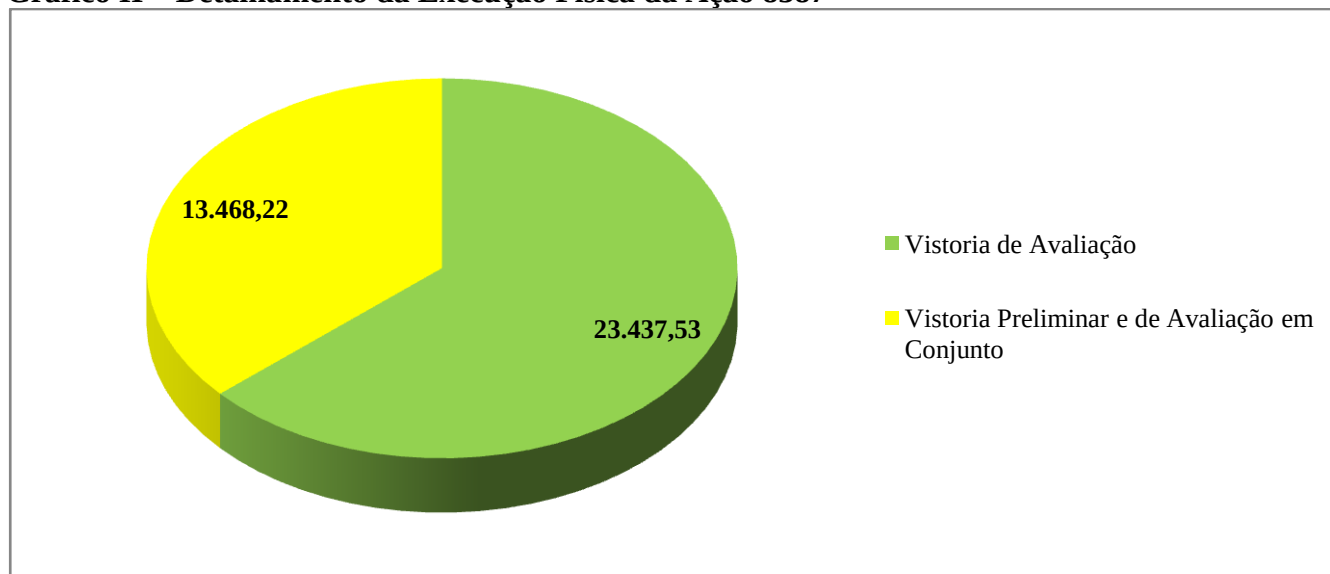
cinco hectares, setenta e quatro ares), que correspondem à execução de 86,84% da meta física programada para o exercício. Abaixo, detalhamento da ação.

Tabela V Detalhamento da Execução Física da Ação 8387

Tipo de Atividade	Hectares	Quant.(imóveis)
Vistoria de Avaliação	23.437,53	5
Vistoria Preliminar e de Avaliação em Conjunto	13.468,22	5
Total	36.905,75	5

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (12-03-2011).

Gráfico II – Detalhamento da Execução Física da Ação 8387



Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (12-03-2011).

Tabela VI- Detalhamento das vistorias realizadas exercício 2012

Município	Tipo de Vistoria	Imóvel	Área (ha)
Araguaçu	Vistoria Preliminar e de Avaliação em Conjunto	Fazenda São Valentini	1.742,40
Ponte Alta do Tocantins	Vistoria Preliminar e de Avaliação em Conjunto	Fazenda Renascer	3.783,80
Divinópolis	Vistoria Preliminar e de Avaliação em Conjunto	Fazenda Santa Adélia	1.474,61
Paraná	Vistoria Preliminar e de Avaliação em Conjunto	Fazenda Barreirão	2.655,81
Porto Nacional	Vistoria Preliminar e de Avaliação em Conjunto	Fazenda Dom Augusto	3.811,60
Palmeiropolis	Vistoria de Avaliação	Fazenda Mutum do Barreiro	1.609,20
Santa Rita	Vistoria de Avaliação	Fazenda Três Fronteiras	7.870,60
Luzinópolis	Vistoria de Avaliação	Fazenda São Joaquim II	1.836,20
São Bento do Tocantins	Vistoria de Avaliação	Fazenda Piranha I e II	3.361,12
São Bento do Tocantins	Vistoria de Avaliação	Fazenda Terra Dura	8.760,40
Total			36.905,75

Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T.

É importante destacar que, o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física da ação é mensurado a partir dos resultados das vistorias preliminares e de avaliação agrônômica, por conta dessa limitação, não são contabilizadas no resultado da meta as atividades complementares a ação, as quais demandam tempo e recursos significativos, como o acompanhamento de perícias judiciais, notificações a proprietários rurais, levantamento de cadeia dominial de imóveis, imissão da

posse de imóveis rurais desapropriados e elaboração de anteprojeto dos assentamentos a serem criados.

Nas vistorias preliminares, objetiva-se aferir o cumprimento da função social da propriedade, destinando imóveis improdutivos para os procedimentos preparatórios de desapropriação a fim de criar Projetos de Assentamentos. Já nas vistorias de avaliação agrônômica identificam-se principalmente os valores de mercado dos imóveis.

Adicionalmente, vale registrar que no exercício de 2012 foram vistoriados 02 (dois) imóveis, com um total de 2.738,70 (dois mil setecentos e trinta e oito hectares, e setenta ares) localizados em áreas remanescentes de quilombos. Essas vistorias compõem subfases da Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e são obrigação legal da Autarquia conforme decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Por fim, justifica-se que o não cumprimento da meta física da ação em sua totalidade, deve-se, principalmente, capacidade operacional reduzida da Divisão de Obtenção de Terras, deslocamento de servidores para a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária a fim realizar vistorias de imóveis rurais localizados em áreas de regularização de territórios quilombolas, e a não conclusão do procedimento de vistoria da Fazenda Santa Rita, localizado no município de Aparecida do Rio Negro, com área total de 8.117,60 (oito mil cento e dezessete hectares, e sessenta ares) devido a falta de segurança na área para realização dos trabalhos.

Quadro A.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
647.135,77	647.048,77	647.048,77	-	-	647.048,77	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha	7.495,74	16.806,55	19.203.258,44	647.048,77

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida		1.549.532,13	-	1.549.532,13	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.5, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 19.203.258,44 (dezenove milhões, duzentos e três mil e duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), sendo provisionado R\$ 647.135,77 (seiscentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos), que representa 3,37% do valor previsto. Do total provisionado foram empenhados e integralmente pagos R\$ 647.048,77 (seiscentos e quarenta e sete mil, quarenta e oito reais e setenta e sete centavos), que representa 99,99% de execução orçamentária.

Embora haja recursos previstos para pagamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA no Plano de Compromissos do Exercício de 2012 desta Regional deve-se esclarecer que esses recursos são executados e gerenciados pelo INCRA/Sede. Nesta regional são provisionados e executados apenas os recursos referentes ao pagamento de benfeitorias e sobras de TDA (R\$ 647.135,77).

A meta física programada para o exercício de 2012 era de obter 7.495,74 ha (sete mil e quatrocentos e noventa e cinco hectares e setenta e quatro ares), todavia foram obtidos 16.806,55 ha (dezesseis mil, oitocentos e seis hectares, e cinquenta e cinco ares), representando 224,21 % de execução da física. Esclarecemos que para efeito de realização da ação é considerado como imóvel obtido aquele cujo TDA e pagamento de benfeitoria foram empenhados no exercício.

É importante salientar que o alcance do resultado desta ação, em parte, está fora da governabilidade desta Superintendência, uma vez que o mesmo está diretamente relacionado às questões de disponibilidade orçamentária e financeira por parte do INCRA/Sede para aquisição de imóveis. Abaixo, demonstra-se a relação dos imóveis obtidos no exercício de 2012.

Tabela VII - Áreas Obtidas em 2012

Imóvel⁶	Município	Área avaliada (ha)	Capacidade (Famílias)	R\$ TDA	Benfeitorias⁷
Faz. Bonanza	Abreulândia	1.148,17	19	314.410,05	-
Faz. São Francisco, Boca da Mata	Ananás	6.348,64	184	15.815.529,30	2.494.923,92
Faz. Santa Helena I e III	Bernardo Sayão	5.042,63	139	10.999.783,96	2.824.036,47
Faz. Santa Catarina III e IV	Campos Lindos	2.891,01	90	8.190.064,84	340.512,16
Faz. Antônio Baiano, Sertaneja	Xambioá	1.376,10	40	3.333.002,70	645.770,05
TOTAL		16.806,55	472	38.652.790,85	6.305.242,60

Fonte: Planilha de acompanhamento DT

Registra-se que os imóveis descritos no demonstrativo acima tiveram os procedimentos de obtenção iniciados em exercícios anteriores, o que demonstra de forma clara a morosidade enfrentada pela ação durante a tramitação administrativa e judicial dos processos.

⁶Os imóveis foram obtidos, todavia não foram transformados em Projetos de Assentamentos porque não tiveram a imissão de posse no exercício de 2012.

⁷Dos valores descritos na coluna apenas as benfeitorias da Faz. Antônio Baiano Sertaneja foi descentralizado a esta UJ. Informa-se que não foram contabilizados na coluna valores referentes a sobras de TDA (R\$ 1.365,72) de imóveis desapropriados em exercícios anteriores.

Quadro A.4.6– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL - Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando a seleção, a homologação e a supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
221.027,37	178.509,53	158.916,56	-	19.592,97	158.916,56	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família	740	1.055	148.650,49	158.916,56

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada	-	16.482,23	1.822,80	14.580,68	78,75

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.6, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 148.650,49 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e nove centavos), contudo foram provisionados R\$ 221.027,37 (duzentos e vinte e um mil, vinte e sete reais e trinta e sete centavos), que representam 148,69% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 178.509,53 (cento e setenta e oito mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e três centavos) dos quais foram pagos R\$ 158.916,56 (cento e cinquenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), que representa 71,90% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 19.592,97 (dezenove mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos).

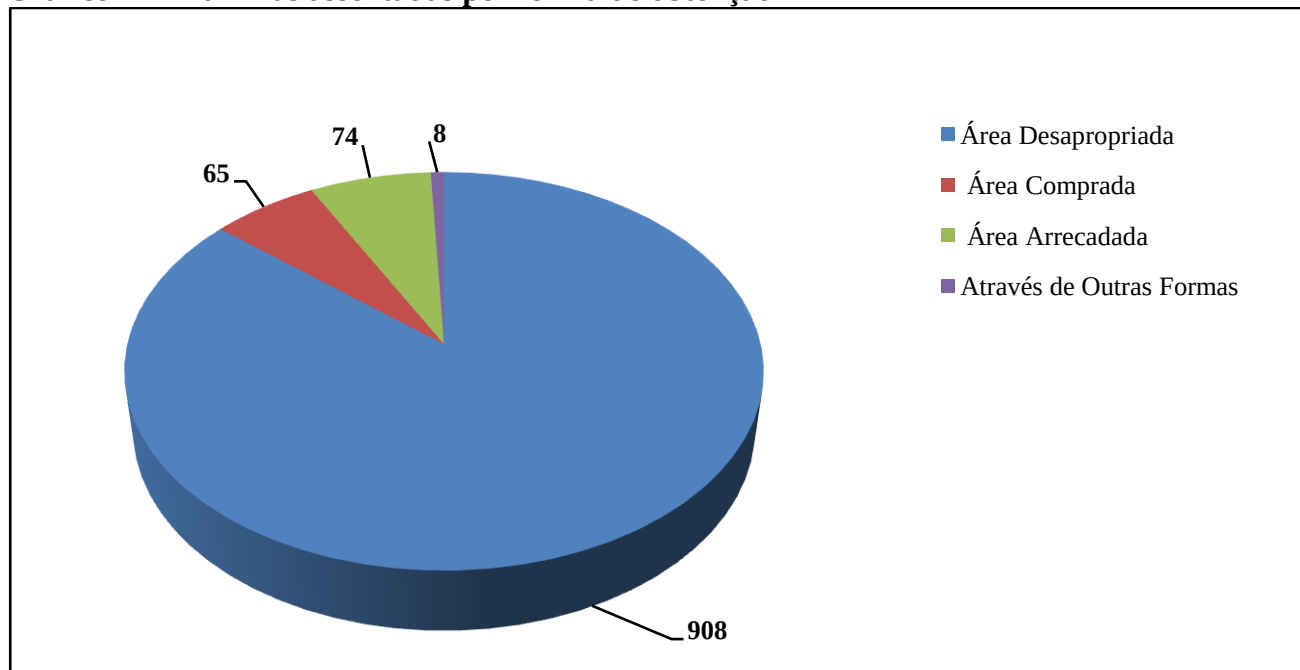
A meta física programada para o exercício de 2012 era assentar inicialmente 740 (setecentos e quarenta) famílias, todavia foram assentadas 1.055 (um mil e cinquenta e cinco) famílias, que correspondem a 142,57 % da meta programada.

Registra-se que, o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física é família assentada. Esse indicador é captado pelo quantitativo de famílias homologadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA. Porém, antes de serem homologadas no SIPRA, as famílias passam pelas fases de cadastramento, seleção, classificação, legitimação e conferências de informações pela Controladoria Geral da União-CGU.

A superação da meta física prevista, 142,57%, justifica-se pelas adequações do PC/2012 realizadas pelo INCRA/Sede, após edição do Decreto Nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e intensificação das ações de Supervisão Ocupacional de Parcelas com vistas retomadas daquelas que se encontrava em situação irregular, bem como a desistências por parte dos beneficiários.

A maior parte das famílias beneficiadas no exercício, 887 (oitocentos e oitenta e sete), foi assentada em Projetos de Assentamentos criados em anos anteriores - parcelas vagas e retomadas - enquanto 168 (cento e sessenta e oito) foram assentadas em projetos criados no exercício de 2012. A seguir, demonstra-se o número de famílias assentadas por forma de obtenção.

Gráfico III - Famílias assentadas por forma de obtenção



Fonte: Relatório SIPRA (03-01-2013)

Quadro A.4.7- Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação						
Código	0427					
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas					
Iniciativa	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
35.575.528,00	35.334.967,00	2.089.567,00	-	33.245.400,00	2.089.567,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	1.803	1.953	40.575.528,00	2.089.567,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	1.725	25.498.200,00	3.675.400,00	11.903.200,00	18.776.000,00

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.7, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 40.575.528,00 (quarenta milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais), contudo foram provisionados R\$ 35.575.528,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais), que representam 87,68% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 35.334.967,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil e novecentos e sessenta e sete reais), dos quais foram pagos R\$ 2.089.567,00 (dois milhões, oitenta e nove mil e quinhentos e sessenta e sete reais), que representa 5,87% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 33.245.400,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e duzentos reais).

Abaixo, demonstra-se a execução orçamentária, exercício de 2012, por modalidade de crédito.

Tabela VIII- Execução Orçamentária por Modalidade de Crédito

Modalidade	Provisões Recebidas	Valores Empenhados	Valores Pagos
Apoio Inicial	557.740,00	476.800,00	179.200,00
Fomento	32.000,00	3.200,00	3.200,00
Aquisição Material de Construção	6.005.718,00	5.931.367,00	1.186.367,00
Recuperação Material de Construção	27.794.470,00	27.782.000,00	644.000,00
Adicional Fomento	169.600,00	169.600,00	76.800,00
Apoio Mulher	1.016.000,00	972.000,00	-
TOTAL	35.575.528,00	35.334.967,00	2.089.567,00

Fonte: SIAFI 2012.

A ação consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação de Materiais de Construção e Crédito Ambiental.

O Crédito Instalação é um importante instrumento na implantação dos projetos de assentamento. Seus valores e modalidades vêm sendo adequados ao longo dos anos de modo a propiciar condições dignas de ocupação, de produção e manutenção das famílias na parcela rural. Em 2005, o Crédito Instalação passou a ter cinco modalidades. Em dezembro de 2008, foram criadas mais duas modalidades: Apoio Mulher - visando promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir para a igualdade de gênero no meio rural - e o Adicional Fomento, que se destina a consolidar a segurança alimentar das famílias e ao fortalecimento do processo de geração de excedente produtivo.

Na tabela abaixo são demonstrados os valores conforme Instrução Normativa nº IN 68 de 16/08/2011 e IN 74 de 14/11/2012, que fixaram valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.

Tabela IX Modalidades e Valores de Concessão de Crédito

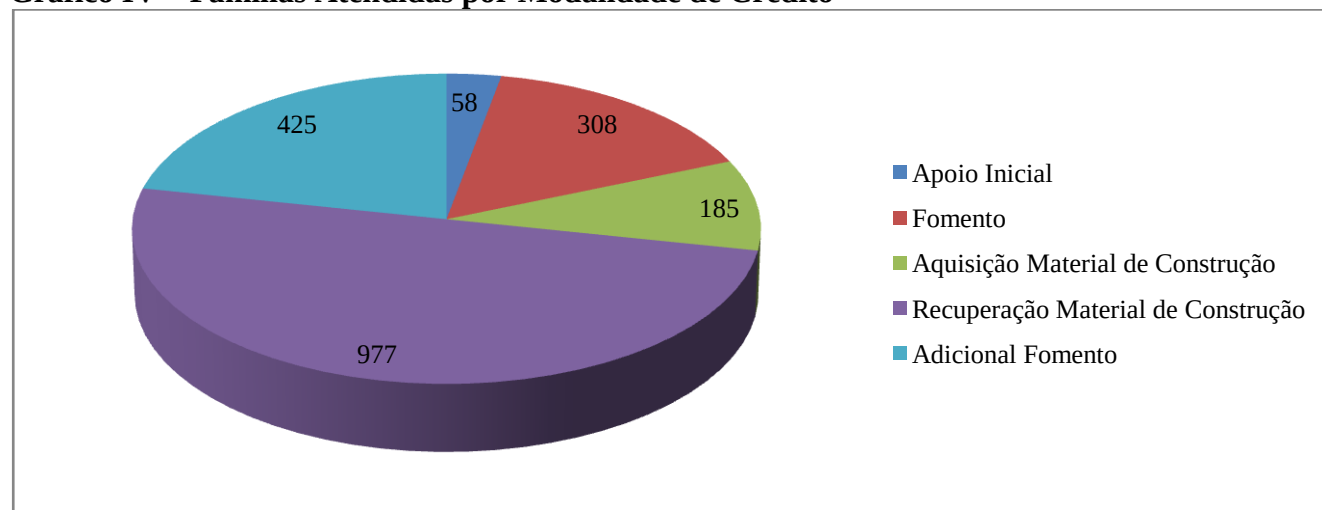
Modalidade	Provisões Recebidas
Apoio Inicial	3.200,00
Fomento	3.200,00
Aquisição Material de Construção ⁸	25.000,00
Recuperação Material de Construção	8.000,00
Adicional Fomento	3.200,00
Apoio Mulher	3.000,00

Fonte: IN 68 de 16/08/2011 e IN 74 de 14/11/2012.

A meta física inicialmente programada foi o atendimento de 1.803 (um mil oitocentos e três) famílias com a concessão de crédito instalação nas diversas modalidades, todavia foram atendidas 1.953 (um mil novecentos e cinquenta e três) famílias, representando uma execução física de 108,32%.

É pertinente esclarecer que o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física da ação é família atendida. Esse indicador é captado pela quantidade de famílias que tiveram recursos (crédito instalação) disponibilizados na conta corrente das associações de Projetos de Assentamentos.

Nesse sentido, é importante informar que o cumprimento da meta fica adstrita à disponibilização de financeiro por parte do INCRA/Sede, gerando distorções em relação ao planejado. No gráfico abaixo o detalhamento da execução física da ação.

Gráfico IV – Famílias Atendidas por Modalidade de Crédito

Fonte: Relatório/Módulo Crédito Instalação.

De acordo com a Tabela XL no exercício de 2012, 285 (duzentos e oitenta e cinco) famílias foram atendidas com complementações de créditos nas modalidades de Aquisição Material de Construção e Recuperação de Material de Construção.

Tabela X Famílias Atendidas com Complementação de Crédito Instalação

Modalidade	Projeto	Famílias
Crédito Aquisição de Materiais para Construção	5	162
Crédito Recuperação Material de Construção	4	123
TOTAL	9	285

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação.

⁸ Valor alterado para R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) após a edição da Instrução Normativa INCRA nº 74 de 14/11/2012.

Apesar do quantitativo expressivo, essas famílias não foram contabilizadas na execução da meta física, uma vez que as mesmas já foram atendidas no exercício anterior e os recursos executados, R\$ 1.102.000,00 (um milhão e cento e dois mil reais) representa somente a complementação prevista pela Instrução Normativa nº 53 de 19/6/2010 e posterior Instrução Normativa nº 54 de 22/7/2010.

A seguir, detalham-se os resultados obtidos por meio da disponibilização dos recursos orçamentários da ação: construção e reformas de casas, segurança alimentar e nutricional garantida e processo produtivo fomentado.

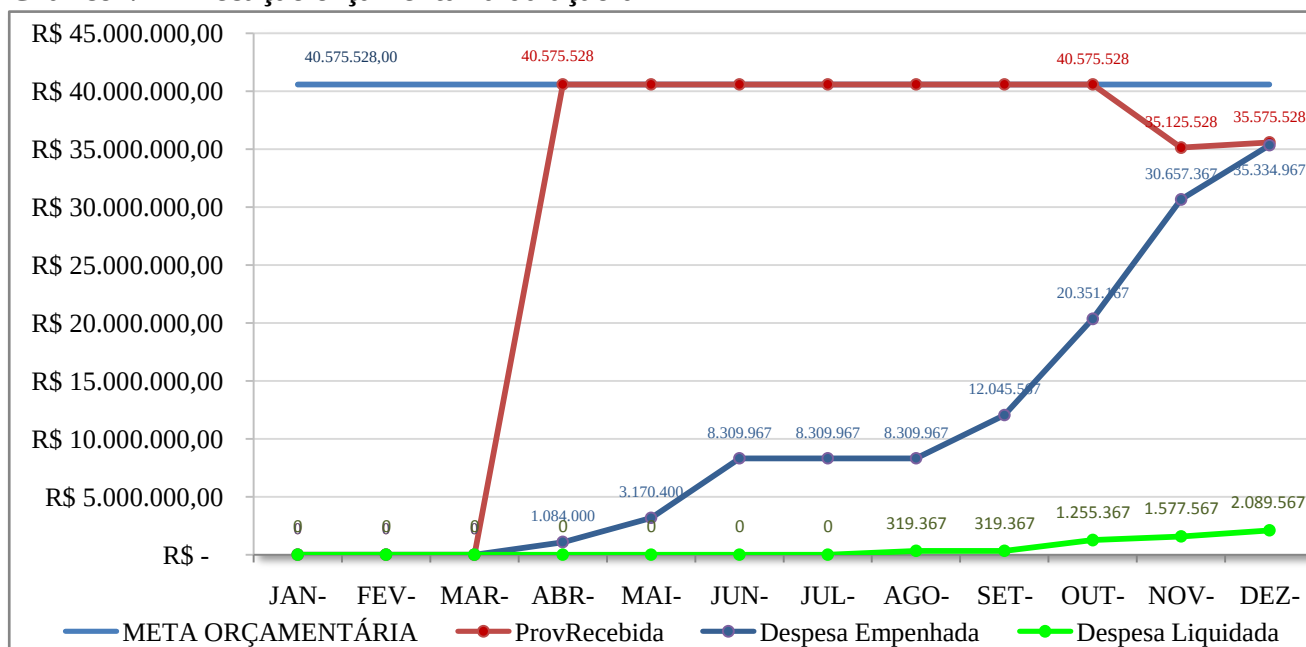
Tabela XI- Crédito Instalação Aplicado⁹

Modalidade	Famílias
Crédito Apoio Inicial	88
Crédito Aquisição de Materiais para Construção	371
Crédito Fomento	208
Crédito Recuperação	828
Adicional Fomento	286
TOTAL	1.781

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação.

Por fim, relata-se que uma série de fatores são limitadores à execução da ação, dentre eles, cita-se, em especial, a baixa capacidade operacional da Regional para acompanhamento e fiscalização da ação e a escassez crônica de financeiro conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico V – Execução orçamentária da ação 0427



Fonte: Painel de Indicadores/DE

⁹Crédito Instalação que cumpriu a sua finalidade (casas construídas, reformadas, segurança alimentar e nutricional garantida e processo produtivo fomentado).

Quadro A.4.8– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
419.979,46	360.203,45	341.215,42	-	18.988,03	341.215,42	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família	649	1.781	292.178,35	341.215,42

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o Quadro A.4.8, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 292.178,35 (duzentos e noventa e dois mil, cento e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), contudo foram provisionados de R\$ 419.979,46 (quatrocentos e dezenove mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), que representam 143,74% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 360.203,45 (trezentos e sessenta mil, duzentos e três reais e quarenta e cinco centavos), dos quais foram pagos R\$ 341.215,42 (trezentos e quarenta e um mil, duzentos e quinze reais e quarenta e dois reais), que representam 81,25% de execução orçamentária. Em restos a pagar houve inscrição de R\$ 18.988,03 (dezoito mil novecentos e oitenta e oito reais e três centavos).

A ação tem como finalidade supervisionar, fiscalizar e acompanhar as famílias assentadas na aplicação adequada do Crédito de Instalação, bem como prestar serviços de assistência técnica tanto na elaboração do projeto quanto na edificação, reforma ou ampliação da habitação em Projetos de Assentamentos.

No que tange à mensuração dos resultados da ação, no exercício financeiro de 2012, foram supervisionadas, a partir do termo de recebimento do crédito, a concessão de créditos para 1.781 famílias (mil setecentos e oitenta e um), o que corresponde a 274,42% da meta física prevista no PC/2012.

É importante salientar que a superação da meta física prevista, 274,42%, está relacionada às adequações do PC/2012 promovidas pelo Incra/Sede, após edição do decreto de programação orçamentária e financeira.

Quadro A.4.9- Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.044.753,87	4.003.632,00	121.378,96	-	3.882.253,04	121.378,96	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	18	3.041	132.421,00	121.378,96

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	3.041	20.671.182,60	252.064,23	6.162.842,85	16.451.277,67

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o demonstrado no quadro A.4.9, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 132.421,00 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais), mas foram provisionados R\$ 4.044.753,87 (quatro milhões, quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos), que representam 3.057,44% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 4.003.632,00 (quatro milhões, três mil seiscentos e trinta e dois reais), pagos R\$ 121.378,96 (cento e vinte e um mil, trezentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos) o que representa 3,00% de execução orçamentária. A Unidade inscreveu em restos a pagar o valor de R\$ 3.882.253,04 (três milhões, oitocentos e oitenta e dois mil duzentos e cinquenta e três reais e quatro centavos).

É pertinente esclarecer que inicialmente o PC/2012 estabelecia uma dotação de R\$ 5.617.666,27 (cinco milhões, seiscentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), contudo com a edição do decreto de programação orçamentária e financeira esse valor foi ajustado pelo Incra/Sede, limitado ao montante de R\$ 132.421,00 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais).

Considerando que a dotação ajustada era insuficiente para o atendimento mínimo das demandas da ação, no decorrer do exercício ocorreram provisões adicionais por meio das quais foi possível a celebração de parceria com a Agência Tocantinense de Saneamento/ATS a fim de viabilizar obras de infraestrutura – perfuração de poços e implantação de sistemas de abastecimento de água - em vários Projetos de Assentamentos no Estado, necessárias ao desenvolvimento, fixação e sobrevivência das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Isto posto, justifica-se a distorção de 3.057,44 %, da execução da meta orçamentária.

A seguir, detalha-se o objeto da parceria firmada com a Agência Tocantinense de Saneamento.

Tabela XII – Famílias Atendidas – Convenio 776970/2012

Projeto de Assentamento	Município	Famílias	Nº Poços
Mártires da Terra	São Bento do Tocantins	56	1
Palmares	Araguatins	52	1
Canoa	Riachinho	129	2
Costa Rica	Wanderlândia	155	2
São Paulo	Darcinópolis	107	2
1º de Janeiro	Palmeiras do Tocantins	161	1
Amigos da Terra	Darcinópolis	159	3
Destilaria	Darcinópolis	49	2
Oziel Alves	Cachoeirinha	53	2
2 de Janeiro	Palmeiras do Tocantins	45	1
Palmeiras	Aguiarnópolis	65	1
TOTAL		1.031	18

Fonte: Convênio 776970/2012

No que se refere à meta física, o Plano de Compromisso do Exercício de 2012 previa atender 18 (dezoito) famílias com obras de infraestrutura, contudo foram atendidas 3.014 famílias (três mil e quatorze) por meio de parcerias e contratos firmados em exercícios anteriores, representando uma execução física de 16.911,11 %.

Cumprir salientar que o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física da ação é a quantidade de famílias atendidas com obras de infraestrutura. Esse indicador é captado pelo número de famílias beneficiadas com obras que tiveram a emissão de Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo.

Isto posto, registra-se que, com raríssimas exceções, devido principalmente às peculiaridades da Região, questões de provisões de crédito orçamentário e liberação de financeiro, as obras conveniadas ou contratadas em um exercício só são concluídas em exercícios seguintes.

Assim, justifica-se que os pontos descritos anteriormente e as adequações promovidas no PC/2012 pelo INCRA/Sede, após edição do decreto de programação orçamentária e financeira, contribuíram significativamente para as distorções apresentadas nos resultados da execução física da ação.

A seguir, demonstram-se as obras concluídas no exercício de 2012.

Tabela XIII- Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores e Concluídas em 2012

Projeto de Assentamento	Município	Obras				
		Famílias (capacidade)	Recuperação Estrada Km.	Implantação Estrada (Km)	Ponte (m)	Bueiro (m)
Dona Eunice	Araguatins	78	7,50	2,50	-	-
Palmares	Araguatins	52	4,35	2,44	5,00	30,00
Transaraguaia	Araguatins	45	-	9,56	10,00	24,00
Professora Djanira	Araguatins	60	8,29	-	-	-
Marcos Freire	Araguatins	81	15,64	-	-	31,00
Sossego	Buriti do Tocantins	25	-	11,47	-	-
Canaã	Buriti do Tocantins	34	-	10,75	-	-
Boa Sorte	Buriti do Tocantins	60	-	1,80	-	-
Lago Preto	Esperantina	72	-	5,50	-	-
Mulatos	Esperantina	64	-	1,65	-	-

Esperantina	Esperantina	40	-	4,80	-	-
Portela	Esperantina	38	-	3,30	-	-
Restinga	Esperantina	14	-	6,40	-	-
Tobasa	Esperantina	62	-	7,10	-	-
Bico do Papagaio	Esperantina	17	-	2,00	-	-
Araguaiala	Esperantina	63	-	1,55	-	-
Santa Cruz	Esperantina	281	-	5,08	-	18,00
Reis	Itaguatins	148	3,91	12,21	-	-
Camarão	Praia Norte	53	-	10,38	-	-
Praia Norte	Praia Norte	163	-	11,60	-	140,00
Camarão	Praia Norte	53	-	3,16	-	-
Camarão II	Praia Norte	139	-	6,55	10,00	-
Canoa	Riachinho	130	-	26,00	-	-
Colorado	Riachinho	76	-	2,35	-	-
Reunidas	Aragominas	407	-	2,00	-	-
São Paulo	Darcinópolis	112	-	10,00	-	-
Amigos da Terra	Darcinópolis	160	-	10,00	-	-
Destilaria	Darcinópolis	49	-	10,00	-	-
Brejinho	Miracema do Tocantins	71	-	15,00	14,00	-
Remansão	Nova Olinda	166	-	9,00	8,00	-
Costa rica	Wanderlândia	155	-	7,00	-	-
Ipê Amarelo	Wanderlândia	41	-	5,00	5,00	-
Estrela	Wanderlândia	35	-	7,00	-	-
TOTAL		3.044	39,68	223,17	52,00	243,00

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26) /D

Um dos principais limitadores para a execução da ação é a dificuldade dos convenientes em atender as demandas de inserção de dados no SICONV para empenho, pagamento de parcelas dos convênios em execução e prestações de contas. Isto se deve, essencialmente, à falta de familiaridade das entidades com tais funcionalidades deste sistema.

Quadro A.4.10– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
776.180,00	773.002,56	148.859,31	-	624.143,25	148.859,31	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família	2.115	1.218	776.180,00	148.859,31

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida	1.218	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.10, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 776.180,00 (setecentos e setenta e seis mil, cento e oitenta reais), sendo provisionado o mesmo valor; empenhado R\$ 773.002,56 (setecentos e setenta e três mil, dois reais e cinquenta e seis centavos) e pago R\$ 148.859,31 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), o que representa 19,18% de execução orçamentária. Em restos a pagar foram inscritos e R\$ 624.143,25 (seiscentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Por meio da execução dos recursos da ação foi possível a realização de licitação para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de topografia, cartografia e geodésica, visando o georreferenciamento, medição e demarcação de 792 (setecentos e noventa e dois) parcelas rurais, em diversos Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Tocantins, com área total de 37.018,4571 hectares, a fim de atender a 728 (setecentos e vinte e oito) famílias. Abaixo demonstrativo dos serviços contratados no exercício.

o

Tabela XIV – Serviços Topográficos contratados no exercício de 2012¹⁰

Projeto de Assentamento	Município	Área (há)	Nº Parcelas	Nº Famílias
Canoa	Riachinho	6.696,71	133	130
Nova União	Araguatins/Esperantina	2.908,38	83	80
Pequizeiro	Pequizeiro	1.155,21	28	27
São Sebastião I	Couto Magalhães	1.078,65	20	18

¹⁰ Contratos 8.000/2012 e 9.000/2012, GEOMED – Georreferenciamento e Agrimensura Ltda., e 10.000/2012 GEOMED – Serviços de Topografia Ltda.

Vale do Bananal	Couto Magalhães	1.627,94	38	27
25 de Março	Divinópolis	1.536,37	36	33
Brejo do Campo	Abreulândia	1.148,17	22	19
Cabeceira do Prata	Divinópolis	183,2031	13	11
Da Mata	Araguacema	4.584,45	93	85
Terra Prometida	Porto Nacional	1.494,25	42	36
Fortaleza I	Alvorada	3.706,15	91	86
Pirarucu	Formoso do Araguaia	6.421,76	84	78
Santa Tereza II	Silvanópolis	2.224,26	65	58
Três Poderes	Formoso do Araguaia	2.252,95	44	40
TOTAL		37.018,46	792	728

Fonte: Contratos 8.000/2012, 9.000/2012 e 10.000/2012

A meta física estabelecida para a ação foi o atendimento de 2.115 (dois mil cento e quinze) famílias com serviços topográficos, contudo foram atendidas 1.218 (mil duzentos e dezoito) famílias, representando uma execução física de 54,99%.

Tabela XV - Serviços topográficos iniciados em exercícios anteriores e concluídos em 2012¹¹

Projeto de Assentamento	Município	Área	Quant. Parcelas	Quant. Famílias
Alegria II	Palmeirante	1.907,79	33	38
Bandeirantes	Bandeirantes	848,41	24	19
Barra Mansa	Recursolândia	6.399,71	105	100
Jenipapo	Bandeirantes	1.272,772	40	33
Santo Antônio do Bom Sossego	Palmeirante	207,85	11	10
São José da Bela Vista	Palmeirante	1.748,10	29	27
Ipê Amarelo	Wanderlândia	1.370,074	39	41
Bonanza	Couto de Magalhães	2.849,99	67	70
Nova Canaã	Araguacema	7.949,77	134	130
Estrela do Araguaia	Caseara	5.104,35	65	64
Santa Rita II	Goianorte	3.242,03	71	68
Orlândia	Colméia	760,70	39	27
Marília	Colméia	2.847,09	114	89
Cocal II	Couto de Magalhães	2.031,65	50	35
Campo Da Missa	Couto de Magalhães	1.218,05	45	32
Universo	Miracema	1.205,38	34	34
Nossa Senhora de Fátima	Miracema	1.004,15	27	26
Grota de Pedra	Monte Santo	2.300,01	52	49
Santa Júlia	Divinópolis	1.790,00	28	26
Malhada da Pedra	Monte do Carmo	3.066,50	62	67
Força da Esperança	Monte do Carmo	1.883,46	52	47
Bom Sucesso	Porto Nacional	1.252,97	38	36

¹¹ Homologação de peças técnicas referente ao convênio de nº 601.059 firmado com o Instituto de Terras do Estado do Tocantins.

Caracol	Formoso Do Araguaia	17.051,77	129	128
Matão	Porto Nacional	1.288,26	24	22
TOTAL		70.600,96	1.312	1.218

Fonte: Atos de homologação

Quadro A.4.11– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação						
Código	4320					
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol					
Iniciativa	01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
12.577,15	12.103,40	11.109,80	-	993,60	11.109,80	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família	30	-	12.577,15	11.109,80

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.11, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 12.577,15 (doze mil, quinhentos e setenta e sete reais e quinze centavos), sendo provisionado o mesmo valor; com empenho de R\$ 12.103,40 (doze mil, cento e três reais e quarenta centavos), pagos R\$ 11.109,80 (onze mil, cento e nove reais e oitenta centavos), o que representa 88,33% de execução orçamentária, e inscrição de R\$ 993,60 (novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos) em restos a pagar.

Os recursos executados na ação visaram o suporte e manutenção – diárias, passagens, serviços de terceiros e material de consumo – do programa no âmbito da SR(26)TO.

A ação visa fomentar à agroindustrialização e a comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas.

Cumprir informar que os créditos orçamentários para dar suporte a essas atividades são centralizados no INCRA/Sede e suas liberações estão vinculados à apresentação de projetos por parte das associações e/ou representações de assentamentos, e posterior análise para aprovação dos mesmos pelas Superintendências Regionais.

Registra-se que embora tenham sido apresentados projetos no âmbito da SR(26)TO no exercício financeiro de 2012, os mesmos foram analisados e remetidos aos proponentes para ajustes. Assim, justifica-se a não execução da meta física prevista.

Quadro A.4.12- Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
75.116,54	60.984,34	59.335,52	-	1.648,82	59.335,52	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento	635	1.216	61.695,00	59.335,52

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido	-	1.836,18	1.836,18	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de terras pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso a terra.

O contrato de concessão de uso (CCU) transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal.

O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.

Conforme Quadro A.4.12, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 61.695,00 (sessenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais), contudo foram provisionados R\$ 75.116,54 (setenta e cinco mil, cento e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), que representam 121,75% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 60.984,34 (sessenta mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), dos quais foram pagos R\$ 59.335,52 (cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco mil e cinquenta e dois centavos), que representam 78,99% de execução orçamentária. Em restos a pagar foram inscritos R\$ 1.648,82 (um mil, seiscentos e quarenta e oito e oitenta e dois centavos).

No que se refere à execução física da ação, cabe registrar que durante o exercício de 2012, foram expedidos 1.216 (um mil duzentos e dezesseis) Contratos de Concessão de Uso – CCU o que representa a execução de 191,50% da meta física estabelecida no Plano de Compromisso 2012.

É pertinente esclarecer que para todas as modalidades de aplicação de crédito (apoio inicial, fomento, adicional de fomento, aquisição de material de construção e recuperação) assim como a liberação da declaração de aptidão (DAP) de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, são condicionados à emissão do CCU ou do Título Definitivo.

Por fim vale mencionar que além da expedição de Contrato de Concessão de Uso – CCU e Título de Domínio, são executados por meio da ação os procedimentos, inicialmente, da Instrução Normativa nº 47, de 16/9/2008, e posteriormente da Instrução Normativa nº 71, de 17 de maio de 2012 (que revogou a IN 47/2008), que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores que são demonstrados na planilha abaixo.

Tabela XVI Atividades IN 71 (IN 47)

Atividades	Nº
Vistoria Ocupacional	680
Retomada Judicial	14
Títulos Cancelados	198
Notificações de Ocupações Irregulares	365
Processos de Retomada Julgados	59

Fonte: Balanço das ações da SR (26)/D.

Quadro A.4.13– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação						
Código	8374					
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU - Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
21.000,00	13.726,92	13.726,92	-	-	13.726,92	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento	8	52	53.958,51	13.726,92

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado	-	307.968,88	307.968,88	-	35.920,12

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.13, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 53.958,51 (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), contudo foram provisionados R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), que representa 38,92% do valor previsto. Foram empenhados e pagos R\$ 13.726,92 (treze mil, setecentos e vinte e seis e noventa e dois centavos), que representa 65,37% de execução orçamentária.

A meta física inicialmente estabelecida no Plano de Compromisso 2012 foi o protocolo de 08 (oito) licenças ambientais, todavia foram protocoladas 52 (cinquenta e dois) licenças, representando uma execução física de 650,00%. Registra-se que para efeito de cumprimento de meta considera-se apenas o protocolo de Licenças Previa - LP ou de Licença de Instalação e Operação – LIO. Abaixo, o detalhamento físico da ação.

Tabela XVII – Detalhamento Ação 8374

Ordem	Projeto de Assentamento	Município	Tipo de Licença
1	PA - Água Fria II	Tocantínia	LIO
2	PA - Alegre	Araguaína	LIO
3	PA - Alegria	Pium	LIO
4	PA -Alto Bonito	São Sebastião do Tocantins	LIO
5	PA -Andorinha	Santa Fé do Araguaia	LIO
6	PA -Araguaia	Caseara	LIO
7	PA -Babaçu	Axixá do Tocantins	LIO
8	PA - Barranco do Mundo	Pium	LIO
9	PA -Boa Esperança	Esperantina	LIO
10	PA -Buritirana	Caseara	LIO
11	PA -Cachoeira	Sandolândia	LIO
12	PA -Califórnia	Caseara	LIO
13	PA -Canaã	Buriti do Tocantins	LIO
14	PA -Colorado	Riachinho	LIO
15	PA -Consolação	Divinópolis do Tocantins	LIO
16	PA -Esperantina	Esperantina	LIO
17	PA -Estrela Dalva	Dois Irmãos do Tocantins	LIO
18	PA -Extrema	Riachinho	LIO
19	PA -Faveira	Rio Sono	LIO
20	PA -Floresta	Pium	LIO
21	PA -Lagoa Da Onça	Formoso Do Araguaia	LIO
22	PA -Lontra	Pequizeiro	LIO
23	PA-Loroty	Lagoa da Confusão	LIO
24	PA -Manchete	Marianópolis Do Tocantins	LIO
25	PA -Muiraquitan	Goianorte	LIO
26	PA -Mulatos	Esperantina	LIO
27	PA -Muricizal	Santa Fe Do Araguaia	LIO
28	PA -Mutirão	Araguatins	LIO
29	PA -Najá	Axixá do Tocantins	LIO
30	PA -Nossa Senhora Aparecida	Pequizeiro	LIO
31	PA -Nova Estrela	São Sebastião Do Tocantins	LIO
32	PA -Oziel Alves Pereira	Cachoeirinha	LIO
33	PA -Pé Do Morro	Couto Magalhães	LIO
34	PA -Pingo D'agua	São Sebastião do Tocantins	LIO
35	PA -Pirarucu	Formoso do Araguaia	LIO
36	PA -Progresso	Pequizeiro	LIO
37	PA -Recanto	Xambioá	LIO
38	PA -Reis	Itaguatins	LIO

39	PA -Rio Prata	Divinópolis do Tocantins	LIO
40	PA -Salomira	Dois Irmãos do Tocantins	LIO
41	PA -Santa Barbara	Axixá do Tocantins	LIO
42	PA -Santa Clara II	Araguacema	LIO
43	PA -São Luiz	São Valério da Natividade	LIO
44	PA -Soledade	Guaraí	LIO
45	PA -Tarumã	Araguacema	LIO
46	PA -Tobasa	Esperantina	LIO
47	PA -Três Irmãos	Augustinópolis	LIO
48	PA -União II	Caseara	LIO
49	PA -Vitória	Pequizeiro	LIO
50	PA -Zé Pereira	Porto Nacional	LIO
51	PA -Manoel Alves	Araguaína	LP
52	Fazenda Santa Tereza III	Pindorama	LP

Fonte: Detalhamento Módulo de Monitoria e Avaliação

Registra-se que o descompasso de 650,00% entre a meta prevista no PC/2012 e a realizada deve-se às adequações promovidas pelo INCRA/Sede após a edição do decreto de programação orçamentária e financeira. Também, deve ser considerada a desobrigação de apresentação da Licença Florestal da Propriedade Rural/LFPR como o requisito para o protocolo de LP e LIO nos Projetos de Assentamentos, o que ocorreu em decorrência da publicação da Resolução COEMA nº 24/2011 de 16 de junho de 2011.

Além das licenças descritas na tabela acima, o Serviço de Meio Ambiente desta Regional protocolou 29 (vinte e nove), requerimentos referentes à expedição de Autorização para Exploração Florestal-AEF do Projeto de Assentamento Entre Rios, em Palmas, visando ampliar as áreas de uso alternativo nas parcelas do Projeto de Assentamento.

Quadro A.4.14– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso a educação formal em todos os níveis e a capacitação profissional					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
628.909,34	477.855,59	10.709,97	-	467.145,62	10.709,97	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional	180	-	629.390,10	10.709,97

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A ação destina-se à formação de educadores e à formação de técnicos nas áreas de reforma agrária. Os dois cursos têm como objetivo formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e a promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária

Conforme Quadro A.4.14, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para a ação era de R\$ 629.390,10 (duzentos e quatorze mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e um), contudo foram provisionados R\$ 628.909,34 (cento e noventa e dois mil, cento e trinta reais e quarenta e cinco centavos), que representa 99,92% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 477.855,59 (quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco e cinquenta e nove centavos), desses foram pagos R\$ 10.709,97 (dez mil reais, setecentos e nove reais e noventa e sete centavos), que representam 1,70% de execução orçamentária.

No que tange a não execução física da ação, vale mencionar que o indicador utilizado para aferir o alcance da ação é profissional capacitado. Esse indicador atualmente é captado ao término do curso, o que leva em média 04 (quatro) anos, ainda que, no período considerado, tenha sido observado dispêndio de recursos orçamentários ou financeiros.

No exercício financeiro de 2012, foram enviados esforços no sentido de realizar parceria com a Associação da Escola Família Agrícola de Porto Nacional para os cursos de Técnico em Magistério e Técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio, com previsão de 90 alunos cada. As propostas foram submetidas e selecionadas pelo Edital de Chamada Pública do PRONERA. A Superintendência Regional envidou esforços na revisão das propostas junto à proponente visando atender os ajustes para o enquadramento no Edital, bem como às recomendações da Procuradoria Federal Especializada do INCRA. Porém, pendências na documentação da proponente impediram a formalização dos Convênios.

Também foram iniciadas discussões com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO, vinculada à Universidade Federal do Tocantins – UFT, do curso de Licenciatura em Educação no Campo para 50 alunos. Após selecionada no Edital de Chamada Pública do PRONERA, a proponente não apresentou a documentação necessária para prosseguimento das análises técnica e jurídica.

É importante mencionar que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), enquanto política inclusiva de educação - que promove e amplia a escolarização do assentado, qualifica os agricultores para o exercício da gestão de sua propriedade rural e melhora sua atuação enquanto agente social na sua comunidade. Este objetivo do programa, no entanto, conflita com outros normativos da Autarquia, pois se o assentado desenvolver atividades diferentes daquelas definidas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária poderá sofrer processo administrativo de retomada de parcela.

Isso é um fator de restrição que compromete a continuidade do programa por impedir os assentados, agora profissionais formados pelo Programa, de exercerem suas profissões em suas comunidades percebendo remuneração, em razão do impedimento legal na contratação pelos órgãos prestadores de Assistência Técnica, e ainda pelos Municípios e Estados; quer seja como educadores, técnicos agrícolas e outros profissionais.

Quadro A.4.15– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – 2109

Identificação da Ação						
Código	2109					
Descrição	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas					
Iniciativa	01F3 - Proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais as políticas sociais					
Unidade Responsável	Ouvidoria Agrária Nacional					
Unidade Orçamentária	49101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
13.728,00	13.312,20	13.312,20	-	-	13.312,20	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família acampada assistida	Há	-	1.786	-	13.312,20

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família acampada assistida	-	103.398,05	3.964,89	99.433,16	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas Temáticos, LDO/2012. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao INCRA/Sede e posteriormente provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

A principal atividade viabilizada no estado por meio da ação é distribuição de cestas básicas. A mesa é executada em parceria com Companhia Nacional de Abastecimento/Conab, que fornece as cestas, ficando a Regional responsável pela distribuição às famílias de trabalhadores rurais, em situação de insegurança alimentar, localizadas em acampamentos, comunidades quilombolas e Projetos de Assentamentos recém-criados.

No exercício de 2012, embora não houvesse previsão de meta para a ação, foi provisionado crédito orçamentário no montante de R\$ 13.728,00 (treze mil, setecentos e vinte e oito reais), sendo empenhado e pago R\$ 13.312,20 (treze mil, trezentos e doze reais e vinte centavos), que representa 96,97% de execução orçamentária.

Como resultado da ação destaca-se o atendimento de 1.786 (um mil setecentos e oitenta e seis) famílias, com a distribuição de 4.500 (quatro mil e quinhentos) cestas básicas.

Quadro A.4.16– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4284

Identificação da Ação						
Código	4284					
Descrição	Prevenção de Tensão Social e Violência no Campo					
Iniciativa	01F2					
Unidade Responsável	Ouvidoria Agrária Nacional					
Unidade Orçamentária	49101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
237.247,15	226.272,51	221.986,90	-	4.285,61	221.986,90	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação realizada ¹²	Und	-	24	-	221.986,90

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Operação realizada	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas Temáticos, LDO/2012. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao INCRA/Sede e posteriormente provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

Por meio da ação a Ouvidoria Agrária Nacional promove o monitoramento das situações de tensão e conflitos no campo, para conhecimento das realidades internas e externas

¹² Diligências realizadas.

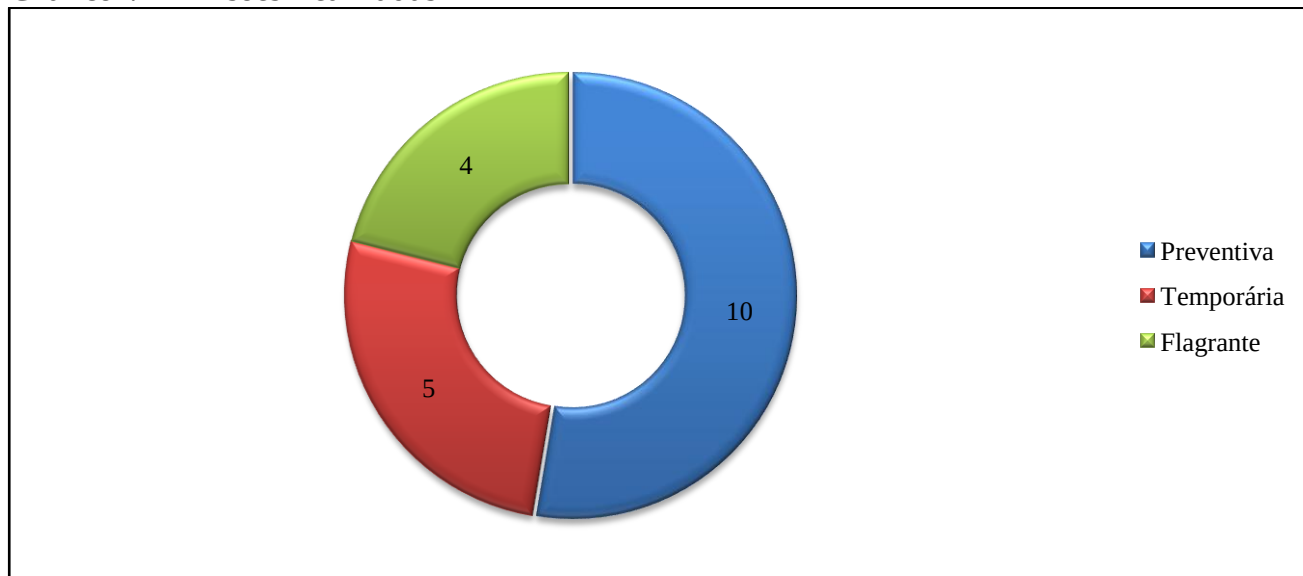
relacionadas a cada caso, diagnosticando as causas, de modo a subsidiar as autoridades competentes na tomada de decisões.

No Estado, a ação é desenvolvida em parceria com a Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários – DERCA, que desenvolve atividades visando a manutenção da paz e a investigação de conflitos agrários motivados, sobretudo, pela posse de terras em propriedades rurais no Estado do Tocantins

No exercício de 2012, embora não tenha havido previsão de meta para a ação, foi provisionados crédito orçamentário de R\$ 237.247,15 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e sete reais e quinze centavos). Houve empenho de R\$ 226.272,51 (duzentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos), com pagamento de R\$ 221.986,90 (duzentos e vinte e mil, novecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), que representa 98,11% de execução orçamentária. Em restos a pagar foram inscritos R\$ 4.285,61

Os créditos orçamentários executados no exercício visaram o deslocamento das equipes da DERCA, que permanentemente realizam atendimentos nos municípios com maior índice de conflitos agrários a fim de inibir práticas criminosas e também para dar continuidade a procedimentos investigativos. No gráfico abaixo, demonstram-se as prisões realizadas no exercício de 2012 relacionadas à práticas de crimes agrários no Estado.

Gráfico VI - Prisões Realizadas



Fonte: DERCA

Quadro A.4.17– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4304

Identificação da Ação						
Código	4304					
Descrição	Mediação de Conflitos Agrários					
Iniciativa	01F2 - Intensificar o combate a violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural.					
Unidade Responsável	Ouvidoria Agrária Nacional					
Unidade Orçamentária	49101					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
33.718,50	18.093,74	18.093,74	-	-	18.093,74	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conflito	Und.	-	-	-	18.093,74

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Conflito	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas Temáticos, LDO/2012. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao INCRA/Sede e posteriormente provisões de crédito orçamentário para a Regional.

A mesma tem como objetivo a buscar solução negociada e dirimir pacificamente as desavenças fundiárias e agrárias, com intervenção da Ouvidoria nos conflitos agrários instalados.

No exercício de 2012, mesmo sem previsão de meta para a ação foi provisionado crédito orçamentário de R\$ 33.718,50 (trinta e três mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta centavos), dos quais foram empenhados e pagos R\$ 18.093,74 (dezoito mil, noventa e três reais e setenta e quatro centavos), com execução orçamentária de 53,66%.

Os créditos orçamentários executados no exercício visaram o deslocamento das equipes da DERCA e servidores desta Regional, visando diligências e reuniões em áreas de conflitos agrários.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

Quadro A.4.18 - Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
42.000,00	27.675,03	25.675,03	-	2.000,00	25.675,03	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família	41	5.610	42.000,00	25.675,03

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida	5.610	2.276.245,37	4.333.517,93	522.185,68	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme o quadro A.4.18, no exercício de 2012 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). Esse valor foi provisionado em sua totalidade, com empenho de R\$ 27.675,03 (vinte e sete mil reais) e pagamento de R\$ 25.675,03 (vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e três centavos), com execução orçamentária de 61,13%. Em restos a pagar foram inscritos R\$ 2.000,000 (dois mil reais).

A meta física programada para o exercício era de atender 41 (quarenta e um) famílias com assistência técnica, todavia por meio dos convênios 18.000/2008 e 22.000/2008 foram assistidas 5.610 (cinco mil, seiscentos e dez) famílias, representando execução física de 13.682,93%. Registra-se que essas parcerias encerraram a execução em fevereiro de 2012.

Tabela XVIII - Parcerias vigentes exercício 2012.

Nº do Convênio	Prestadora	Objeto (famílias)			
		ATES/Famílias	Nº PA	PDA/Famílias	Nº PA
16.000/08	COOPTER	2.058	30	77	2
22.000/08	COOPTER	3.552	48	381	10
TOTAL		5.610	78	458	12

Fonte: Convênios de ATES/SR(26)T/D.

O resultado da meta física é captado pelo quantitativo de famílias assistidas no Programa. Como os serviços de ATES possuem caráter contínuo, o quantitativo de famílias assistidas são lançados para efeito de execução nos exercícios de vigência dos convênios. Aliado a isso, a meta foi subdimensionada após a edição do decreto de programação orçamentária e financeira, portanto, dessa maneira justifica-se a distorção apresentada na execução física da ação.

Por último, a Superintendência Regional realizará em 2013 chamadas públicas para assegurar o serviço de ATES, conforme estabelece a Lei Nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro A.4.19– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Identificação da Ação						
Código	0859					
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos					
Iniciativa	047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
6.661.752,19	3.643.314,74	-	-	3.643.314,74	-	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha	6.500,00	-	6.500.000,00	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada		-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

De acordo com o Decreto nº 4.887, de 2003, o INCRA é o órgão competente, na esfera federal pela titulação dos territórios quilombolas. Os Estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária.

Para cuidar dos processos de titulação, a autarquia criou, na Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

No exercício financeiro de 2012 estavam previstos para a ação orçamentária R\$ 6.5000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), todavia foi provisionado R\$ 6.661.752,19 (seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dezenove centavos), com empenho de R\$ 3.643.314,74 (três milhões, seiscentos e quarenta e três mil e trezentos e quatorze reais e setenta e quatro centavos), sendo que o valor empenhado foi inscrito integralmente em restos a pagar. A seguir, demonstra-se o detalhamento dos recursos empenhados.

Tabela XIX – Relação de Imóveis- Ação 0859

Imóvel	Município	Área (Ha)	Valor (R\$)
Fazenda Areia Mansa	Arraías	300,00	161.752,19
Fazenda Galiléia	Arraías	390,20	175.593,38
Fazenda Santa Tereza	Arraías	5.462,15	2.889.512,49
Fazenda Buriti	Arraías	871,68	416.456,68
TOTAL		7.024,031	3.643.314,74

A meta física inicialmente programada foi à indenização de 6.500 (seis mil e quinhentos hectares), entretanto a mesma não foi alcançada devido ao não pagamento das indenizações e desinversões dos imóveis descritos na tabela acima dentro do exercício de 2012, embora os procedimentos para tais atividades tenham ocorridos naquele exercício.

Por último, é importante informar que o pagamento dos imóveis descritos na tabela acima ocorreu no exercício financeiro de 2013, sendo que as ações de desinversões (desapropriações) tiveram as liminares de imissão na posse deferidas em março de 2013.

Quadro A.4.20– Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desinversão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desinversao e Titulação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
73.775,00	61.415,23	57.415,23	-	4.000,00	57.415,23	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha	193,00	-	77.122,00	57.415,23

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme Quadro A.4.20, no exercício de 2012, a previsão inicial de crédito orçamentário para a ação era de R\$ 77.122,00 (setenta e sete mil, cento e vinte e dois reais), contudo foram provisionados R\$ 73.775,00 (setenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), que representa 95,66% do valor previsto. Foram empenhados R\$ 61.415,23 (sessenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e vinte e três centavos) dos quais foram pagos R\$ 57.415,23 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e vinte e três centavos), que representa 77,82% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

A meta física programada para o exercício de 2012 foi a titulação de 193 ha (cento e noventa e três hectares), contudo não houve conclusão de procedimentos de titulação no exercício de 2012, representando uma execução física de 0,00%.

Vale esclarecer que o resultado desta ação é captado por meio do indicador “área reconhecida”. Contudo, para se alcançar o mesmo percorrem-se quatro subfases, as quais perpassam vários exercícios, como: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, Portaria de Reconhecimento, Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social e Titulação da Comunidade. Dessa maneira, justifica-se o não cumprimento da meta física da ação.

No exercício de 2012, os trabalhos da ação concentraram-se em três comunidades quilombolas: Kalunga do Mimoso, localizada nos municípios de Arraias e Paranã, Barra da Aroeira, localizada nos municípios de Santa Tereza, Novo Acordo e Lagoa do Tocantins, e Grotão localizada no município de Filadélfia.

4.1.4.4 Ações Vinculadas ao Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Quadro A.4.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8402

Identificação da Ação						
Código	8402					
Descrição	Documentação da Trabalhadora Rural					
Iniciativa	046E - Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio a formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar as trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	49101 - MDA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
81.463,76	50.929,06	41.742,54	-	9.186,52	41.742,54	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Mulher Atendida	-	-	1.686	-	41.742,54

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada com RAP	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Mulher Atendida	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas Temáticos, LDO/2012. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao INCRA/Sede e posteriormente com provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

O Plano de Compromisso de 2012 não estabeleceu limite orçamentário para a ação, contudo foi provisionado crédito orçamentário no valor de R\$ 81.463,76 (oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos), com empenho de R\$ 50.929,06 (cinquenta mil, novecentos e vinte e nove reais e seis centavos) e pagamento de R\$ 41.742,54 (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), representando 51,24% de execução orçamentária. Em restos a pagar foram inscritos R\$ 9.186,52 (nove mil, cento e oitenta e seis reais).

É importante registrar que a execução da ação no Estado é viabilizada por meio de parcerias com a Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, Prefeituras Municipais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A coordenação é de responsabilidade da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário/DFDA-TO.

Os recursos executados na ação foram utilizados para custear a realização de 07 (sete) mutirões realizados nos municípios de São Bento do Tocantins, Angico, Wanderlândia, Piraquê, Araguaianã, Muricilândia e Tocantínia, sendo que foram atendidas 1.686 (mil seiscentos e oitenta e seis) pessoas atendidos em vários mutirões realizados no exercício de 2012. Na tabela abaixo, o detalhamento físico da ação.

Tabela XX – Documentos Emitidos

Quantidade de documentos emitidos	F	M	Total
RCN	1	8	9
CPF	486	366	852
RG	472	415	887
CTPS	262	224	486
INSS (Documento de registro no INSS)	57	15	72
Carteira de Idoso	4	4	8
Cad-Único	6	1	7
Carteira do Sindicato de Trabalhadores Rurais	19	13	32
Carteira de Reservista	-	25	25
Total de documentos emitidos	1.307	1.071	2.378

Fonte: Relatório PNDTR da SR(26)TO

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

4.1.6.1 Ações vinculadas ao Programa 2120 - Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Quadro A.4.22- Ações de programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.185.820,52	3.049.281,34	2.578.131,30	-	471.150,04	2.578.131,30	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	2.670.936,55	2.578.131,30

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Conforme quadro A.4.22, no exercício de 2012, a previsão inicial de crédito orçamentário para a ação era de R\$ 2.670.936,55 (dois milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), com provisão de R\$ 3.185.820,52 (três milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), que representa 119,28% do valor previsto. A unidade empenhou R\$ 3.049.281,34 (três milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos) dos quais foram pagos R\$ 2.578.131,30 (dois milhões, quinhentos e setenta e oito mil, cento e trinta e um reais e trinta centavos), representando 80,93% de execução orçamentária. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 471.150,04 (quatrocentos e setenta e um mil cento e cinquenta reais e quatro centavos).

Esta ação congrega atividades operacionais e administrativas da Regional, como licitações e contratos, transportes, almoxarifado, patrimônio, protocolo, contabilidade, finanças, recursos humanos, controle de despesas, fiscalização de contratos e serviços administrativos prestados por empresas terceirizadas, com vistas à manutenção da estrutura da sede da Regional e Unidades Avançadas, garantindo assim o suporte operacional necessário às atividades finalísticas, principalmente, por meio de contratos administrativos.

Com relação ao percentual de 119,28% do valor consignado inicialmente no Plano de Compromisso 2012, justifica-se pelo fato que o valor do crédito orçamentário autorizado foi aquém do valor previsto por esta Superintendência Regional. Contudo, no decorrer do exercício foram realizadas provisões adicionais, uma vez que o recurso previsto na ação não seria suficiente para suportar as despesas administrativas até o final do exercício.

Também, é importante mencionar que na programação operacional não estão inclusas as despesas com a obra de construção e aquisição de equipamento e material permanente para a Unidade Avançada de Araguaína, que correspondem a 19,59% da provisão recebida. O crédito orçamentário para suportar essas obras foi disponibilizado durante o exercício mediante provisões adicionais, com empenho inscrito em restos a pagar.

Por fim, menciona-se que aliado aos pontos já citados, a insuficiência de recursos financeiros no decorrer do exercício 2012 contribuiu de maneira significativa para a execução orçamentária de 80,93% da ação.

Quadro A.4.23– Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
61.725,99	54.866,53	50.926,48	-	3.940,05	50.926,48	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	Servidor Capacitado	25	77	28.213,74	50.926,48

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Conforme Quadro A.4.23, no exercício de 2012, foi provisionado nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 61.725,99 (sessenta e um mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos), que representa 218,78% do valor consignado inicialmente no Plano de Compromisso. Foram empenhados R\$ 54.866,53 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos), dos quais foram pagos R\$ 50.926,48 (cinquenta mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos), o que representa 82,50% de execução orçamentária, sendo inscritos restos a pagar R\$ 3.940,05 (três mil novecentos e quarenta reais e cinco centavos)

No que tange à execução da meta física, para o exercício de 2012 a previsão era de capacitar 25 (vinte e cinco) servidores, contudo foram capacitados 77 (setenta e sete) o que representa execução física de 308,00%.

É importante mencionar que as distorções em relação ao planejamento inicial ocorreram devido à realização de capacitação sem ônus para a Regional e a provisão de créditos em montante superior ao previsto na Programação, uma vez que os recursos previstos eram insuficientes para suportar os custos dos cursos realizados.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da autarquia em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional a fim de dar suporte ao cumprimento da missão institucional.

Do quantitativo dos servidores capacitados 44 (quarenta e quatro) participaram de processos de capacitações formalizados no âmbito desta Regional. Na tabela abaixo, as capacitações realizadas pela Regional.

Tabela XXI - Capacitações Realizadas SR(26)TO em 2012

Curso	Carga Horária	Quantidade de Servidores
Orçamento de Obras de Engenharia	16	2
Jornadas Sul Americanas de Engenharia Estrutural	24	1
Curso Prático de Fiscalização de Contratos	24	2
Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Perícias Médicas	40	1
Auditoria Governamental	24	2
Folha de Pagamento	40	1
XIII Seminário Internacional de Ética na Gestão	16	1
Comunicação Escrita Oficial	24	1
Instrução Processual	16	30
Gestão de Comunicação e Assessoria de Imprensa na Administração Pública	24	1
Mestrado em Desenvolvimento Regional	-	1
MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria	-	1

Fonte: Processos de capacitação

Outros 33 (trinta e três) servidores participaram de capacitações - cursos, congressos, seminários e fóruns - organizados pelo INCRA/Sede. Registra-se que o crédito orçamentário para o custeio com o deslocamento desses servidores foram provisionados e executados nesta Superintendência Regional.

Quadro A.4.24– Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
369.933,26	348.774,03	327.620,21	-	21.153,82	327.620,21	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	-	327.620,21

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso do Exercício de 2012/PC 2012 não estabeleceu limite orçamentário para a presente ação, contudo, foram provisionados R\$ 369.933,26 (trezentos e sessenta e nove reais, novecentos e trinta e três mil e vinte e seis centavos), dos quais foram empenhados R\$ 348.774,03 (trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais e três centavos), e pagos R\$ 327.620,21 (trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte reais e vinte e um centavos), perfazendo 88,56% de execução orçamentária, ficando 21.153,82 (vinte e um mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos) em restos a pagar.

Os créditos orçamentários da ação são centralizados no INCRA/Sede, sendo provisionados e executados no âmbito da Regional, visando atender despesas com Diárias e Passagens, Material de Consumo, Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e Locação de Mão de Obra a fim de dar suporte à execução das ações das áreas finalísticas e administrativa.

Quadro A.4.25– Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 20TP

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	49201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.358,29	3.358,29	3.358,29	-	-	3.358,29	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	-	3.358,29

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso do Exercício de 2012/PC 2012 não estabeleceu limite orçamentário para a presente ação, contudo, foram provisionados R\$ 3.358,29 (três mil trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), que foram integralmente empenhados e pagos, perfazendo 100% de execução orçamentária, onde a execução do crédito orçamentário visou arcar com despesas de auxílio funeral de servidor.

4.1.4.6 Ações vinculadas ao Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro A.4.26– Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 0181

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	49201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
18.585,57	15.242,72	15.242,72	-	-	15.242,72	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
			-	-	-	15.242,72

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

O Plano de Compromisso do Exercício de 2012/PC 2012 não estabeleceu limite orçamentário para a presente ação, contudo, foram provisionados R\$ 18.585,57 (dezoito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), dos quais foram empenhados R\$ 15.242,72 (quinze mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos), sendo pago o mesmo valor, perfazendo 82,01% de execução orçamentária. Registramos que a execução do crédito orçamentário visou arcar com despesas de auxílio funeral de servidor.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Não se aplica à UJ

4.2.2 Programação de Despesas

Não se aplica à UJ

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à UJ

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à UJ

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Não se aplica à UJ

4.2.2.4 Análise Crítica

Não se aplica à UJ

4.2.3 Programação de Despesas

Quadro A.4.27- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	373085	09272008901810001	18.585,57	-	-
		373001	373085	21122212020TP0001	3.358,29	-	-
		373001	373085	21121212021030001	-	-	362.819,26
		373001	373085	21122212020000001	-	-	2.439.122,01
		373001	373085	21125206621050001	-	-	34.000,00
		373001	373085	21127203420T10001	-	-	73.775,00
		373001	373085	21127206683780001	-	-	30.000,00
		373001	373085	21128212045720001	-	-	61.725,99
		373001	373085	21363206683700001	-	-	628.909,34
		373001	373085	21606201244700001	-	-	42.000,00
		373001	373085	21631206620S70001	-	-	387.178,35
		373001	373085	21631206643580001	-	-	61.695,00
		373001	373085	21631206683740001	-	-	21.000,00
		373001	373085	21631206683840001	-	-	192.785,00
		373001	373085	21631206683870001	-	-	207.766,98
		373001	373085	21631206683960001	-	-	132.421,00
		373001	373085	21631206683980001	-	-	776.180,00
		373001	373085	21691206643200001	-	-	12.577,15
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	373085	21122212020000001	632.533,67	-	-
		373001	373085	21631206683960001	3.882.253,04	-	-
		373001	373085	21631203408590001	-	6.661.752,19	-
		373001	373085	21631206604270001	-	35.575.528,00	-
		373001	373085	21631206644600001	-	647.135,77	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2012

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

Não se aplica à UJ

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Não se aplica à UJ

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Não se aplica à UJ

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.28 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.705.758,23	3.454.841,72	2.705.758,23	2.067.348,15
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	404.541,87	647.753,63	404.541,87	-
c) Concorrência	-	182.313,16	-	20.568,10
d) Pregão	2.301.216,36	2.624.774,93	2.301.216,36	2.046.780,05
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	450.757,09	1.338.685,77	450.757,09	831.817,58
g) Dispensa	366.895,59	459.469,00	366.895,59	334.923,08
h) Inexigibilidade	83.861,50	879.216,77	83.861,50	496.894,50
3. Regime de Execução Especial	120.525,30	123.278,57	120.525,30	123.278,57
i) Suprimento de Fundos	120.525,30	123.278,57	120.525,30	123.278,57
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	849.442,29	1.115.251,71	849.442,29	1.114.353,14
j) Pagamento em Folha ¹³	-	-	-	-
k) Diárias	849.442,29	1.115.251,71	849.442,29	1.114.353,14
5. Outros	3.842.512,55	13.267.466,22	3.842.512,55	13.266.567,65
6. Total (1+2+3+4+5)	7.968.995,46	19.299.523,99	7.968.995,46	17.403.365,09

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

¹³Registra-se que essa informação é de responsabilidade do INCRA/Sede. O processamento da folha de pagamento de pessoal referente a totalidade de servidores lotados nesta Regional é realizado na Divisão de Pagamento da Coordenação Geral de Pessoas do INCRA/Sede. Nesta regional é feita apenas atualização das informações de pagamento mensalmente no SIAPE, conforme consta do art. 114, inciso i, alínea “b”, da Portaria n.º 20, de 8 de abril de 2009, que instituiu o regimento interno do INCRA.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.29 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em
R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	18.601,01	3.435,72	18.601,01	3.435,72			18.601,01	3.435,72
Outros Benefícios Assistenciais	18.601,01	3.435,72	18.601,01	3.435,72	-	-	18.601,01	3.435,72
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	5.446.894,49	7.785.804,04	4.127.774,86	4.536.842,79	1.319.119,63	3.248.961,25	4.127.774,86	4.533.504,51
Diárias - Pessoal Civil	849.442,29	1.115.251,71	849.442,29	1.115.251,71		-	849.442,29	1.114.353,14
Material de Consumo	396.342,15	820.585,81	321.870,71	621.332,66		199.253,15	321.870,71	621.301,13
Passagens e Despesas com Locomoção	83.708,47	37.242,49	71.393,67	11.684,79	74.471,44	25.557,70	71.393,67	11.684,79
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	285.487,30	107.845,50	285.487,30	66.965,50	12.314,80	40.880,00	285.487,30	66.965,50
Locação de Mão-de-obra	1.687.929,46	1.343.343,62	1.631.617,58	1.162.225,23		181.118,39	1.631.617,58	1.162.225,23
Outros Serviços de Terceiros PJ	1.645.024,00	1.032.189,43	936.148,11	815.453,09	56.311,88	216.736,34	936.148,11	813.044,91
Contribuições ¹⁴	467.145,62	2.649.880,82	-	373.635,45	708.875,89	2.276.245,37		373.635,45
Obrigações Tributárias e Contributivas	13.526,92	679.431,07	13.526,92	370.260,77	-	309.170,30	13.526,92	370.260,77
Sentenças Judiciais	-	33,59	-	33,59	-	33,59	-	-
Indenizações e Restituições	18.288,28	-	18.288,28		-		18.288,28	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	4.506.281,09	21.421.826,65	255.162,54	20.568,10	4.251.118,55	21.401.258,55	255.162,54	20.568,10

¹⁴ Convênios de Assessoria Técnica/ATES firmados com o RURALTINS, COOPTER e COOPVAG.

Contribuições ¹⁵	3.882.253,04	20.482.052,38		-	3.882.253,04	20.482.052,38		-
Obras e Instalações	290.074,50	830.066,79	255.162,54	20.568,10	34.911,96	809.498,69	255.162,54	20.568,10
Equip.e Material Permanente	333.953,55	109.707,48	-	-	333.953,55	109.707,48	-	-
5 – Inversões Financeiras	39.625.330,51	38.782.671,47	2.736.615,77	11.734.939,34	36.888.714,74	27.047.732,13	2.736.615,77	11.734.939,34
Aquisição de Imóveis ¹⁶	4.290.363,51	6.060.471,47	647.048,77	4.510.939,34	3.643.314,74	1.549.532,13	647.048,77	4.510.939,34
Concessão de Empréstimos e Financiamentos ¹⁷	35.334.967,00	32.722.200,00	2.089.567,00	7.224.000,00	33.245.400,00	25.498.200,00	2.089.567,00	7.224.000,00
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

¹⁵ Convênios firmados com Municípios, Secretaria Estadual de Infraestrutura e Agência Estadual de Saneamento para a execução de obras de infraestrutura (Implantação e recuperação de estradas vicinais e sistemas de distribuição de água) em Projetos de Assentamentos.

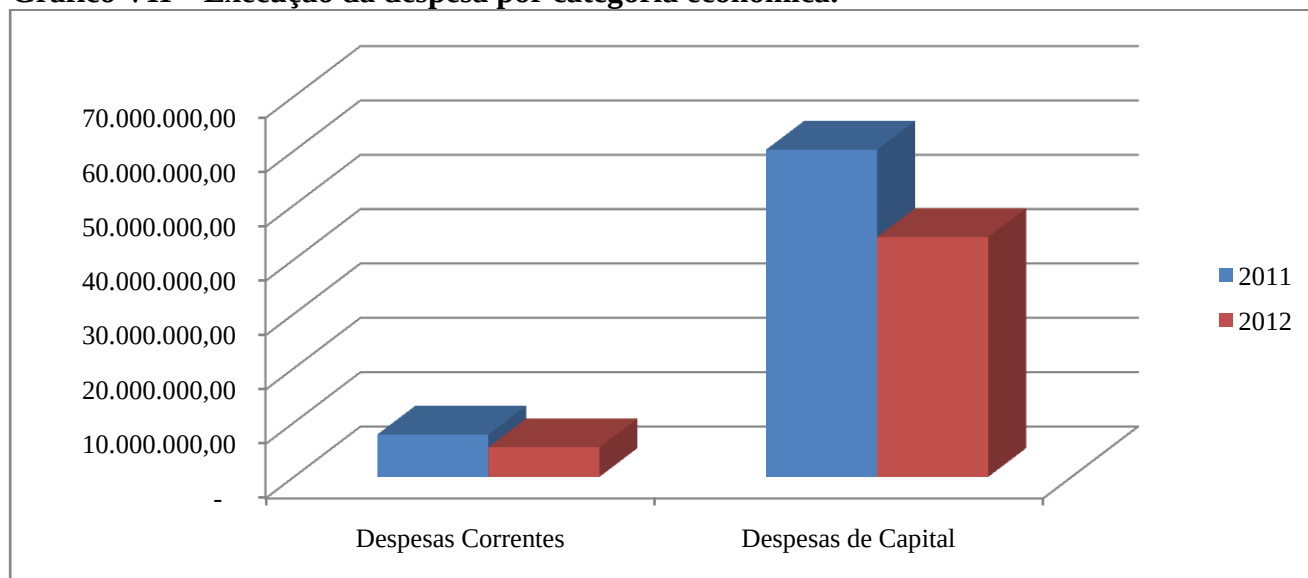
¹⁶ Pagamento de benfeitorias de imóveis rurais desapropriados.

¹⁷ Concessão de Crédito Instalação a famílias assentadas.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

Em uma breve leitura do gráfico abaixo, constata-se que no exercício financeiro de 2012 houve um decréscimo significativo na execução das despesas correntes, bem como nas de capital em comparação ao exercício de 2011.

Gráfico VII – Execução da despesa por categoria econômica.

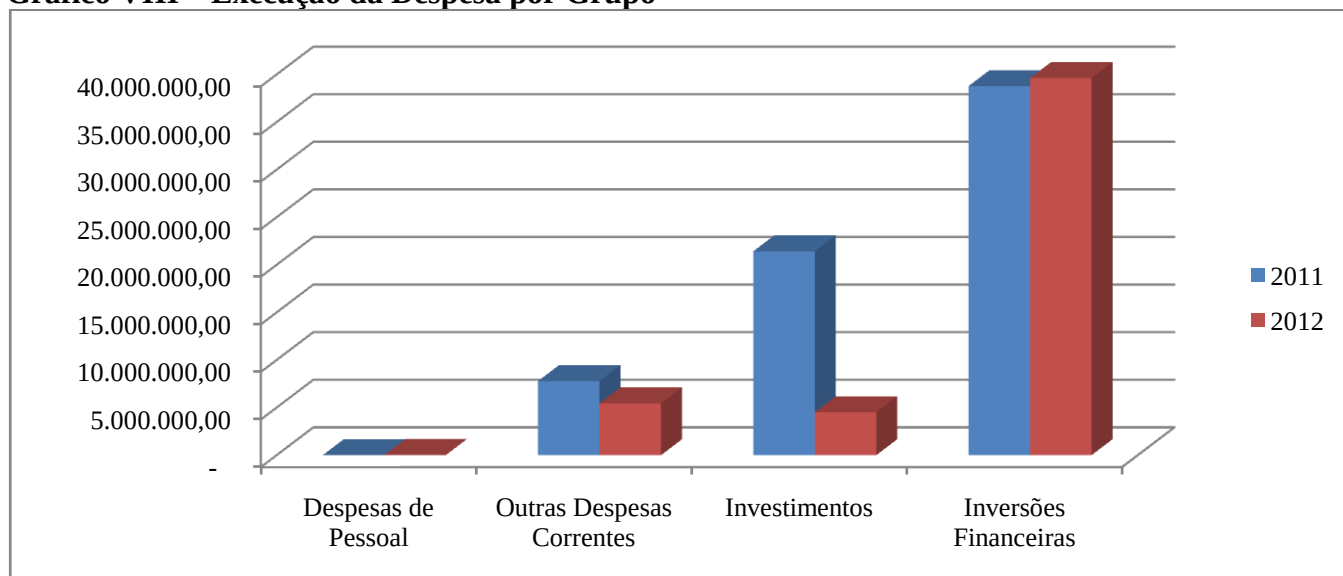


Fonte: SIAFI

No tocante às despesas de capital, destaca-se que essa redução deve-se a parceria firmada no exercício de 2011, com o Estado a fim de recuperar estradas em projetos de assentamento, a concessão de crédito instalação aos assentados, aquisição de imóveis rurais para criação de novos Projetos de Assentamentos. Quanto às despesas correntes cita-se principalmente o encerramento dos convênios de Assistência Técnica Extensão Rural na Agricultura Familiar – ATES.

A seguir, apresenta-se a execução das despesas por grupo da SR(26)TO

Gráfico VIII – Execução da Despesa por Grupo



Fonte: SIAFI

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no exercício.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.1- Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	3.338,28	3.338,28	0,00	0,00
2010	127.768,78	100.383,62	27.385,16	0,00
2009	4.183,24	4.183,24	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	1.122,44	1.113,32	9,12	0,00
2006	503.182,02	155.079,96	348.102,06	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	51.697.951,93	2.542.161,11	15.265.203,63	33.890.587,19
2010	34.504.066,58	8.273.729,52	26.174.033,64	56.303,42
2009	34.289.774,60	1.176.185,77	31.594.168,63	1.519.420,20
2008	19.896.366,06	3.472.307,76	16.067.857,82	356.200,48
2007	10.071.259,15	1.689.158,16	8.382.100,99	0,00
2006	8.260.176,94	2.783.568,19	5.476.608,75	0,00

Fonte: SIAFI 2012

5.2.2 Análise Crítica

Conforme o Quadro A.5.1 constata-se que no período de 2008 a 2011 houve um crescimento expressivo de valores inscritos em Restos a Pagar não Processados. Esses valores são originários, em grande parte, de serviços de Assistência Técnica – ATES, convênios de Obras de Infraestrutura em Projetos de Assentamentos e Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas em suas diversas modalidades.

Também, a princípio essas variações podem ser explicadas pela escassez de limite financeiro dos últimos anos em relação a dotação aprovada para esta Regional, fazendo com que despesas expressivas empenhadas em um exercício sejam liquidadas e pagas somente nos exercícios seguintes.

Por fim, vale mencionar que os contratos contínuos e as despesas com energia elétrica, água e esgoto, luz, telefone, passagens aéreas, correios e combustível representam custos que necessariamente serão sempre inscritas em restos a pagar, tendo em vista que as faturas destes serviços geralmente são apresentadas no início do exercício seguinte.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.2– Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins										
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373085/37201						
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	Obs
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
1	752967	Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins	514.873,45	14.873,45	190.150,20	500.000,00	22/12/2010	14/01/2012	1	Execução física realizada, aguardando documentação complementar
1	734067	Prefeitura Municipal de Tocantinia	256.480,00	7.700,00	-	248.780,00	08/12/2010	14/01/2012	1	Execução física realizada, aguardando documentação complementar
1	733659	Prefeitura Municipal de Praia Norte	257.125,28	7.525,28	-	249.600,00	28/06/2010	25/01/2012	4	Prestação de Contas em Análise
1	733663	Prefeitura Municipal de Riachinho	862.896,68	25.886,90	-	837.009,78	25/11/2010	05/02/2012	4	Prestação de Contas em Análise
1	632156	COOPTER	3.581.039,00	107.431,17	-	3.004.101,59	18/08/2008	29/02/2012	4	Prestação de Contas em Análise
1	701704	COOPTER	5.683.570,78	170.507,12	522.185,68	5.174.707,02	26/0820/08	29/02/2012	4	Prestação de Contas em Análise
1	733664	Prefeitura Municipal de Esperantina	893.749,88	26.593,30	-	867.156,58	28/12/2010	29/03/2012	4	Prestação de Contas em Análise
1	636889	COOPVAG	7.093.527,00	212.805,81	-	5.166.833,55	30/10/2008	29/06/2012	2	TCE
1	733661	Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade	499.620,29	14.988,61	323.087,78	484.631,68	22/12/2010	16/07/2012	1	Execução física realizada, aguardando documentação complementar
1	734152	Prefeitura Municipal Itaguatins	524.000,00	39.000,00	161.668,00	485.000,00	29/12/2010	18/07/2012	1	Execução física realizada, aguardando documentação complementar

1	735992	Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins	146.824,91	3.000,00	-	143.824,91	23/12/2010	05/10/2012	1	Prestação de Contas enviada para Análise
1	734068	Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia	464.000,00	14.000,00	-	450.000,00	01/07/2010	10/11/2012	1	Prestação de Contas em Análise
1	756203	Prefeitura Municipal de Praia Norte	415.291,44	19.532,44	395.759,00	39.575,00	23/12/2011	23/12/2012	1	Prestação de Contas em Análise
1	756023	Prefeitura Municipal De Couto Magalhães	207.442,38	4.149,00	-	-	28/12/2011	28/12/2012	1	Não Executado
1	733665	Prefeitura Municipal de Axixa	828.804,75	24.864,14	241.182,19	562.758,42	31/12/2010	10/01/2013	1	Aguardando Prestação de Contas
1	752973	Prefeitura Municipal de Guaraí	518.046,90	14.796,90	222.961,64	503.250,00	28/12/2010	16/01/2013	1	Prestação de Contas em Análise
1	752969	Prefeitura Municipal de Axixa Tocantins	380.681,59	7.613,63	70.014,54	305.882,50	31/12/2010	01/02/2013	1	Aguardando Prestação de Contas
1	762702	Prefeitura Municipal Muricilândia	409.000,00	9.000,00	212.306,05	212.306,05	28/12/2011	06/05/2013	1	Em execução
1	756008	Prefeitura Municipal Pau D'arco	540.000,00	57.000,00	-	-	20/12/2011	20/12/2013	1	Em execução
1	701021	RURALTINS	757.985,00	162.348,00	-	411.673,50	24/12/2008	24/12/2013	1	Em execução
1	756657	Secretaria Da Infra-Estrutura	31.936.451,41	12.936.451,41	4.000.000,00	4.000.000,00	22/12/2011	22/12/2015	1	Em execução
1	601059	ITERTINS	695.508,20	69.550,82	-	625.957,42	27/12/2007		1	Em execução
1	776970	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	4.210.538,51	328.285,47	-	-	28/12/2012	28/12/2014	1	Em execução

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e SICONV

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.3– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins					
CNPJ:	00.375.972/0001-60					
UG/GESTÃO:	373085/37201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	5	13	6.339.315,08	7.688.638,50	5.680.669,19
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	5	13	6.339.315,08	7.688.638,50	5.680.669,19

Fonte: SIAFI e SICONV

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4- Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373085/37201		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	9	40.277.016,36	6.621.827,89	20.045.278,10	16,44
Contrato de Repasse	-				
Termo de Cooperação	-				
Termo de Compromisso	-				
Totais	9	40.277.016,36	6.621.827,89	20.045.278,10	16,44

Fonte: SIAFI e SICONV

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.5– Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins					
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373085			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	16	-	-
		Montante Repassado	19.126.202,66	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	-	-
		Montante Repassado	2.543.533,69	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	3	-	-
		Montante Repassado	1.381.262,05	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	1.398.959,91	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	6	-	-
		Montante Repassado	1.553.014,38	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	299.730,00	-	-

Fonte: SIAFI/SICONV

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.6- Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373085		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			16	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	13	-
			Montante Repassado (R\$)	17.513.344,31	-
2011	Quantidade de contas prestadas			3	-
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada	1	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1	-
			Montante repassado (R\$)	141.699,20	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas			6	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	6	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado	-	-
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado	-	-

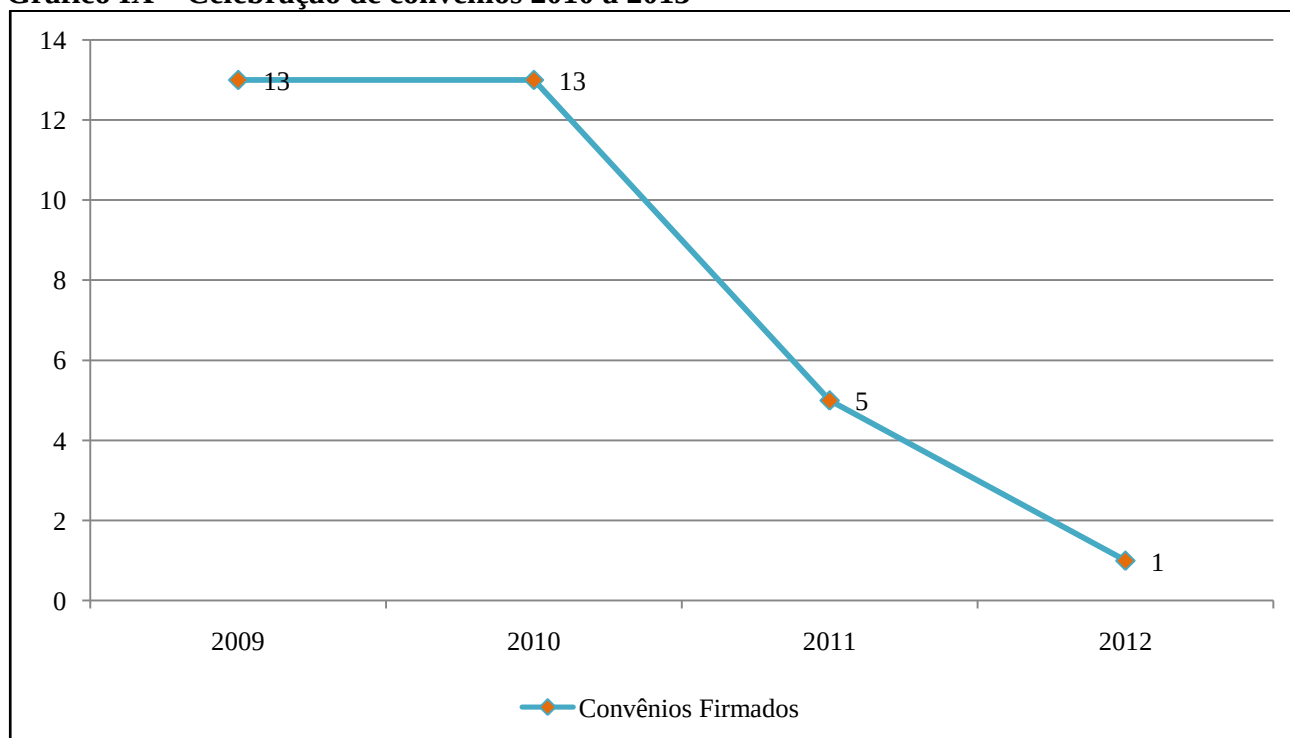
Fonte: SIAFI/SICONV

5.3.6 Análise Crítica

Nos últimos exercícios, Superintendência Regional vem reduzindo significativamente a celebração de parcerias. Isso ocorre devido à necessidade de adequação da capacidade operacional (mão de obra) desta Regional ao número de parcerias firmadas, sendo que atualmente a Regional possui apenas 09 (nove) convênios vigentes.

No gráfico abaixo, demonstrativo dos quantitativos de parcerias firmadas no período de 2009 a 2012.

Gráfico IX – Celebração de convênios 2010 a 2013



Fonte: SIAFI/SICONV

Embora com os esforços descritos anteriormente ainda há atrasos, tanto no prazo legal de 60 (sessenta) dias para a apresentação das prestações de contas pelos convenientes, quanto no prazo de análise da parte física e contábil/financeira por parte desta Superintendência.

Do total de 16 (dezesseis) convênios com prestações de contas no exercício de 2012, 03 (três) foram analisadas e aprovadas, quanto às demais já foram realizadas análises setoriais não conclusivas por haver necessidade de diligências a fim de resolução de pendências por parte dos convenientes.

Por fim, é importante registrar que, no dia 26 de fevereiro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) os atos de nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público realizado pelo INCRA, em 2010, sendo que para a Regional foram nomeados 04 (quatro) contadores e 03 (três) analistas administrativos.

A partir da posse desses concursados a Regional estruturará o núcleo de controle interno, a fim de reduzir os gargalos referentes à execução de convênios no âmbito da Regional.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.7– Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
133084	Projeto Fundiário Araguaína	-	950,00	13.448,87	14.398,87
373079	Unidade Fundiária de Gurupi	-	3.620,00	22.364,31	25.984,31
373085	SR(26)TO	-	7.335,79	71.302,77	78.638,56
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	107.115,95	11.905,79	119.021,74	107.115,95

Fonte: SIAFI 2012

Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Não houve ocorrência no âmbito da UJ

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.8- Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	37385	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alcides Alves Vieira	076.611.001-00	1.000,00	-	2.483,03	2.483,03
Antônio Virgínio de Alencar	233.670.321-15	1.000,00	-	4.092,98	4.092,98
Edison Severino de Carvalho	217.191.951-53	1.000,00	-	2.798,84	2.798,84
Francisco das Chagas Ferreira Alves	139.630.072-49	1.000,00	-	2.599,10	2.599,10
Francisco Maroto Custodio dos Anjos	177.893.033-68	1.000,00	-	3.829,87	3.829,87
Francisco Mirton de Araújo	151.063.221-20	1.000,00	-	2.548,00	2.548,00
Jose Ribamar de Oliveira Carvalho	063.145.383-00	1.000,00	106,50	3.548,74	3.655,24
Mario Francisco dos Santos	184.464.001-97	1.000,00	-	2.732,83	2.732,83
Miguel Costa Gomes	211.050.301-72	1.000,00	3.483,50	15.066,41	18.549,91
Nei Câmara Borba	076.845.763-72	1.000,00	200,50	1.837,35	2.037,85
Nilson Cavalcante Lima	093.799.081-72	1.000,00	-	4.339,26	4.339,26
Raimundo Cícero Ramos Sales	025.190.111-49	1.000,00	-	2.097,36	2.097,36
Raimundo Fernandes da Silva	165.949.241-68	1.000,00	-	3.823,72	3.823,72

Raimundo Pereira Bráulio	094.218.581-15	1.000,00	-	3.625,46	3.625,46
Teodorico Brandão de Sousa	101.127.073-00	1.000,00	-	5.439,82	5.439,82
Valdivino Bueno Duarte	180.654.141-68	1.000,00	3.545,29	10.440,00	13.985,29
Total Utilizado pela UG			7.335,79	71.302,77	78.638,56
Código da UG 2	133084	Limite de Utilização da UG		100.000,00	
José Ailson Amaral de Freitas	066.812.551/91		800,00	13.448,87	14.398,87
Total Utilizado pela UG			800,00	13.448,87	14.398,87
Código da UG 2	133084	Limite de Utilização da UG		100.000,00	
Darci Dias de Oliveira	060.713.331-72	1.000,00	-	3.331,02	3.331,02
Edivan Carlos da Silva	135.652.301-34	1.000,00	-	3.961,93	3.961,93
Eduardo Gonçalves Lima	099.910.181-15	1.000,00	-	2.040,87	2.040,87
Isabel Vieira Carvalho	173.104.401-10	1.000,00	3.500,00	7.795,03	11.295,03
José Vieira da Cruz	121.951.201-00	1.000,00	80,00	3.072,62	3.152,62
Ribamar Nogueira Gomes	136.470.401-34	1.000,00	40,00	2.162,84	2.202,84
Total Utilizado pela UG			3.620,00	22.364,31	25.984,31
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			11.755,79	107.115,95	119.021,74

Fonte: SIAFI e Gerenciador Banco do Brasil Cartão de Pagamento do Governo Federal.

5.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.9-Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade ¹⁸	(b) Valor	Quantidade ¹⁹	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	-	11.905,79	-	107.115,95	119.021,74
2011	-	-	-	6.450,74	-	112.956,43	119.407,17
2010	-	-	-	11.472,11	-	188.101,35	199.573,46

Fonte: SIAFI 2012

¹⁸ A regional não dispõe de mecanismos eficazes para coletar esta informação.

¹⁹ A regional não dispõe de mecanismos eficazes para coletar esta informação.

5.4.1.4 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.10- Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor ²⁰	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	83	66.765,47	69	73.368,34	130	137.230,69

Fonte: SIAFI

²⁰ Valor aprovado no SIAFI.

5.4.1.5 Análise Crítica

Devido à baixa capacidade operacional a Regional não consegue realizar procedimentos licitatórios dentro de um cronograma que atenda às demandas da sede desta Superintendência e suas Unidades Avançadas, assim em caráter excepcional são realizadas transações por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal para as despesas consideradas necessárias e urgentes à execução das ações desenvolvidas no Estado.

Também é importante registrar que dadas as deficiências dos mercados locais nos quais as Unidades Avançadas operam, a maioria das empresas não oferece condições de habilitação para fornecer produtos e serviços por meio de contratos que atendam os normativos legais. Dessa maneira, faz-se necessário a utilização do cartão corporativo.

Os gastos com cartões corporativos estão relacionados em maior parte com a aquisição de combustível a fim de atender deslocamento em ações de campo, principalmente naquelas localidades ausentes de cobertura contratual com postos de combustíveis.

É importante mencionar que atualmente a Regional possui contratos com postos de combustíveis nos municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi e Araguatins, mas vale ressaltar que a SR(26)/TO atua em projetos de assentamentos distribuídos em 101 municípios do estado.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.6 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	172	11	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	172	11	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	169	10	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	3	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	175	13	6

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	1
6.1. EXERCICIO PROVISORIO-ART. 84 P. 2.L.8112/90	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: Extração SIAPE fev/13.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	19	20	4	6
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	19	20	4	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	16	2	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	0	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	3	2	2
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	1	1	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	20	21	4	6

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	8	33	26	84	21
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	8	33	26	84	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	0	1	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	0	1	1	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	9	33	27	85	21

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	4	-	101	67	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	4	-	101	67	-	-	-
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	2	1	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	4	-	103	68	-	-	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	7.786.481,56	-	709.601,02	236.518,39	2.143.824,20	R\$ 863.528,09	256,64	4.469,93	8.403,69	11.753.083,52
	2011	8.390.733,47	-	740.960,07	238.378,37	1.155.011,08	1.097.271,43	2.891,53	-	8.676,72	11.633.922,67
	2010	9.227.721,28	507.778,14	826.156,76	255.296,49	880.536,91	1.111.639,98	2.962,00	36.587,28	4.543,36	12.853.222,20
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	-	423.188,87	-	-	176.793,45	-	-	-	-	599.982,32
	2011	-	398.370,23	-	-	60.486,39	-	-	-	-	458.856,62
	2010	-	62.309,17	-	-	19.935,58	-	-	-	-	82.244,75
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	-	5.052,12	-	-	3.961,98	-	-	-	-	9.014,10
	2011	-	5.052,12	-	-	-	-	-	-	-	5.052,12
	2010	-	5.052,12	-	-	-	-	-	-	-	5.052,12

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2010	R\$ 78.997,07
2011	R\$ 23.104,40
2012	R\$ 228.656,97

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	24	1
1.1 Voluntária	22	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	15	0
2.1 Voluntária	13	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	1	0
3. Totais (1+2)	39	1

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	21	4
1.1. Integral	19	4
1.2. Proporcional	2	0
2. Em Atividade	14	4
3. Total (1+2)	35	8

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No que tange a esta questão temos a esclarecer que o INCRA não dispõe de método para identificar eventual acumulação de cargos, funções e empregos públicos, prevista na Constituição Federal.

Também não há controles internos criados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Ressaltamos que este Órgão tem recebido candidatos egressos de concurso público e no ato da posse é exigida a informação, a termo, quanto a acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

Por fim, quanto a existência e o quantitativo de servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no âmbito do INCRA, podemos afirmar que o Órgão não dispõe destes dados. Porém, frisamos que, quando os órgãos de controle (CGU e TCU) ou a SEGE/MP efetuam cruzamento de dados e constatarem a acumulação indevida de servidor desta autarquia, as providências visando sanar a irregularidade são imediatamente adotadas, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

No exercício de 2012 não foram feitas notificações visto que não houve comunicação ou detecção de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos pelos órgãos de controle ou pela SEGE/MP.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	1	2	1	2
Concessão de pensão civil	5	1	5	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	4	-	4	-
Totais	10	3	10	3

Fonte: Processos e SISAC

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Não se aplica a UJ

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	1	-	-	-
Concessão de pensão civil	2	1	-	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	4	-	-
Total	3	5	-	2
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: Processos e SISAC

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico**Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Não houve ocorrência no exercício

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	1	2	1	-
Concessão de pensão civil	5	1	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	4	-	-	-
Totais	10	3	1	-

Fonte: Processos e SISAC

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos e também não há previsão de desenvolvê-los.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não houve ocorrência no âmbito da UJ.

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não houve ocorrência no âmbito da UJ.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve ocorrência no âmbito da UJ.

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.14 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 373085/37201					CNPJ: 00.375.972/00095-40								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados ²¹						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	1.000/07	07.241.070/0001-80	09/02/2007	03/03/2012							E
2010	V	O	1.000/10	00.160.911/0003-48	04/03/2010	08/05/2012							E
2012	L	O	2.000/11	12.045.326/0001-14	03/03/2012	03/13/2013							A
2012	V	O	6.000/12	12.083.195/0001-60	08/06/2012	08/06/2013							A
Observações:													
<u>LEGENDA</u>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Relação de contratos SR(26)/A.

²¹Por meio do contrato de limpeza e higiene foram contratados 13 (treze) postos de trabalho, nos quais não é exigida a comprovação de escolaridade. Com relação ao contrato de vigilância ostensiva a Regional contratou 20 (vinte) postos, nos quais não é exigida por parte desta UJ escolaridade apenas o curso de formação de vigilantes, contudo a empresa contratada exige dos contratados ensino médio completo.

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.15 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 373085/37201					CNPJ: 00.375.972/00095-40								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	9.000/2009 ²²	06.055.186/0001-62	20/07/2009	19/07/2013							P
2010	3	O	12.000/2010	07.804.828/0001-41	22/11/2010	29/11/2012			2	2			E
2011	4	O	7.000/2011	09.134.888/0001-20	29/09/2011	28/09/2013			17	17			P
2011	1	O	6.000/2011	07.855.231/0001-26	29/09/2011	28/09/2013			9	9			P
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Recepção; 2. Reprografia; 3. Telecomunicações; 4. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Relação de contratos SR(26)/A.

²²Locação de máquinas fotocopadoras com de mão-de-obra (01 contratado) não é exigida a comprovação de escolaridade para a execução dos serviços contratados.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.16 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	3	3	R\$ 40.453,96
1.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$ 13.484,65
1.2 Área Meio	2	2	2	2	R\$ 26.969,31
2. Nível Médio	1	1	1	1	R\$ 21.782,90
2.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$ 21.782,90
2.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
3. Total (1+2)	4	4	4	4	R\$ 62.236,86

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A frota atual da SR(26)TO é composta por 70 veículos de transporte institucional que atendem a Sede da Regional e Unidades Avançadas de Araguaína, Gurupi e Araguatins. Os veículos em uso encontram-se nas seguintes condições: 16% ruins, 6% regulares, 29% bons, 24% ótimos e 26% na condição de inservível. No anexo, planilha contendo a relação de veículos em uso no âmbito da Regional.

No que tange aos gastos com manutenção da frota, no exercício financeiro de 2012, a mesma teve um de manutenção custo de R\$ 431.016,75 (quatrocentos e trinta e mil reais e setenta e cinco centavos), com vistas à redução desses gastos, no exercício de 2013 a Regional planeja deflagrar procedimento licitatório para contratação de Sistema de Gestão de Frotas de Veículos.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TOCANTINS	6	7
	Araguaína	2	2
	Araguatins	1	1
	Gurupi	1	1
	Palmas	2	2
	Formoso do Araguaia ²³	-	1
Subtotal Brasil		6	7
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		6	7

Fonte: SPIUnet (22/02/2013)

²³ Imóvel rural denominado Fazenda Pantanal, localizado no município de Formoso do Araguaia, o mesmo foi excluído da relação de bens imóveis de uso especial da UJ, pois, embora constasse no SPIUnet como um bem imóvel de uso especial desta Superintendência Regional, o mesmo não estava vinculado a nenhuma atividade seja ela finalística ou administrativa desta Regional.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	TOCANTINS	2	2
	Araguatins	1	1
	Gurupi	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Relação de Contratos SR(26)/A

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção ²⁴
373085	9241000115001	Uso em serviço público	Regular	310.000,00 (Cr\$)	16/08/2011	369.958,04	-	4.344,38
373085	9241000475008	Uso em serviço público	-	83.000,00	06/07/2011	134.376,00	-	-
373085	9243 000205007	Uso em serviço público	-	73.500,00	16/08/2011	78.750,00	-	-
373085	9385000405008	Uso em serviço público	Novo	95.814,60	16/08/2011	156.432,00	-	-
373085	9733000335002	Uso em serviço público	Reparos importantes	14.538,28	30/11/2011	3.436.957,05	-	18.773,55
373085	9733000345008	Uso em serviço público	-	97.709.341,68 (CR\$)	29/11/2011	360.000,00	-	-
Total							-	23.117,93

Fonte: SPIUnet e SIAFI 2012.

²⁴Crédito orçamentário executado nas dotações 33903024, 33903025 e 33903916.

7.2.4 Análise Crítica

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins possui sob sua responsabilidade 06 (seis) imóveis de uso especial, localizados nas cidades de Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi.

Em Palmas, a Superintendência Regional possui dois imóveis urbanos com área total de 6.720,16 m². O primeiro possui área de 4.920,16 m², onde está instalada a sede da autarquia, com área edificada de 3.210,13 m². O segundo trata-se de uma área de 1.800 m² sem edificação.

Em Gurupi, a Regional concluiu a construção de instalações próprias em terreno de 900 m², com área edificada 787,82 m², em 2011.

Em Araguaína a unidade avançada está instalada em terreno de 510,46 m², no qual há uma construção antiga de 353,22 m² de área, construída em 1981, e um prédio de dois pavimentos com área total de 197 m², edificado em 1995.

As instalações em Araguaína são oriundas do extinto Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). As mesmas não possuem condições adequadas para atendimento ao público, em especial quanto às condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, e funcionamento geral do órgão. Em virtude da falta de espaço, por exemplo, as viaturas da unidade são guardadas no pátio do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (DNIT), distante dez quilômetros da unidade, assim como parte do arquivo documental.

Dessa maneira, o INCRA concluiu a construção de instalações da nova sede da Unidade Avançada de Araguaína, em março de 2013, que tem a área construída de 835,75 m².

Por último, vale mencionar que nos exercícios de 2011 e 2012, esta Regional fez gestão junto a Secretaria do Patrimônio da União-SPU para realizar procedimentos de avaliação dos imóveis de uso especial, sendo que foram avaliados 05 (cinco) imóveis, localizados em Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi. Registra-se que, atualmente, no âmbito desta Regional não há imóveis contendo avaliação vencida.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada²⁵

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.

²⁵ Informações fornecidas pela Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação do INCRA/Sede.

4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

8.2 Análise Crítica

Informa-se que o Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do INCRA em Brasília.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Envelopes				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
A regional não aderiu a programas de Sustentabilidade Ambiental.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.787	3.487	893	15.886,43	32.952,05	8.537,08
Água	3.521	7.836	6.182	34.149,18	76.577,59	75.467,24
Energia Elétrica	488.796	510.937	554.316	327.383,84	323.533,79	316.478,32
			Total	379.431,45	435.074,43	402.492,64

Fonte: SIAFI/Demonstrativo de Saída Almoxarifado (SR)26/TO

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 020.986/2010-6	5741/2011 – TCU – 1ª Câmara	9.3.2	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Descrição da Deliberação					
Apure, em até 60 (sessenta) dias, os indícios de direcionamento de marca e fornecedor em aquisição de purificadores de água, resultando em compra com valor 136% superior à melhor oferta, informando o resultado a este Tribunal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49474
Síntese da Providência Adotada					
Esta Superintendência Regional instaurou, por meio da Portaria INCRA/SR(26)TO/Nº 36 de 12 de setembro de 2011, Sindicância de Cunha Acusatório, processo 54400.002439/2011-54, a fim de apurar os fatos, descritos no referido item. A Comissão de Sindicância instituída pela respectiva portaria já concluiu os trabalhos, e o relatório final foi enviado à Procuradoria Federal Especializada do INCRA/SEDE, dia 29 de novembro de 2011 a fim de atender o constante no Art. 12 da Portaria/INCRA/P/Nº 191 de 30 de junho de 2009, sendo que a análise da regularidade do mesmo foi concluída em 08 de março de 2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Apuração dos fatos constante na deliberação por meio de Sindicância de Cunha Acusatório realizada no âmbito da SR(26)TO.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Necessidade de compor a comissão com servidores de outra Regional devido à insuficiência de pessoal capacitado para condução do procedimento.					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 020.986/2010-6	5741/2011 – TCU – 1ª Câmara	9.3.1		Determinação
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins					4148
Descrição da Deliberação					
Em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49474
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Como informado e no Relatório de Gestão do exercício de 2011 - o atendimento da determinação está vinculado à questão da cobrança do Crédito Instalação, que apesar de constar nos normativos desta Autarquia Agrária ainda não foi efetivado de fato. Registramos ainda que enquanto não entrar em vigor a cobrança do crédito instalação, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fator predominante que contribui para o não atendimento do item está relacionado à falta de norma execução referente à matéria a fim padronizar os lançamentos contábeis em todas as Superintendências Regionais do INCRA, uma vez que este problema afeta a entidade como um todo, e carência de pessoal a fim de efetuar o levantamento dos débitos de crédito instalação individualizado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	000.522./2012-0	1047/2012	1.6.1		Determinação
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins					4148
Descrição da Deliberação					
À Superintendência Regional do INCRA no Estado de Tocantins que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da ciência desta deliberação, conclua, se ainda não o fez, a apreciação da prestação de contas referente ao Convênio n. 700478/2008 (Siafi n. 636.889), firmado com a Cooperativa de Profissionais do Vale do Araguaia - COOPVAG, apresentando a este Tribunal, ao término do prazo, as conclusões obtidas, inclusive quanto à eventual necessidade da instauração de Tomada de Contas Especial, caso necessário.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49474
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Considerando que, após análise preliminar realizada pelo Setor Contábil desta Superintendência Regional referente às peças técnicas que compõem a prestação de contas final do convênio 700478/2008, foram identificadas várias irregularidades, carecendo de aprofundamento e uma análise mais criteriosa dos documentos comprobatórios da execução das despesas realizadas pela conveniente. Conforme já registrado, há vários exercícios esta Superintendência está com baixa capacidade operacional – há apenas um contador, que responde por esta Superintendência e suas três Unidades Avançadas. Assim, ainda não foi possível concluir análise final da prestação de contas da parceria. Não obstante a isso, esta Regional recorreu a contadores de outras Regionais, sendo que a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Norte, disponibilizou 01 (um) servidor para auxiliar nos trabalhos de análise da prestação de contas, sendo que está previsto para o mês de maio de 2013 a conclusão dos trabalhos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A insuficiência de servidores técnicos (contador) contribuiu significativamente para o não atendimento da determinação em tempo hábil.					

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203486	1.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Adequar as metas físicas e financeiras à realidade da Unidade Regional, e promover os ajustes necessários para a compatibilização entre a Programação Operacional e a realidade financeira do órgão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			-
Síntese da Providência Adotada			
Foram elaborados demonstrativos estatísticos e série histórica – 2010 a 2012 - da execução física/financeira desta Superintendência Regional a fim de subsidiar os trabalhos de elaboração do Plano de Compromisso do Exercício 2012. Além disso, em 05 de março de 2013, foi encaminhado pela Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA/Sede o material contendo as diretrizes a fim auxiliar a elaboração do Planejamento das Superintendências Regionais para o exercício 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Registra-se que a mensurabilidade dos resultados só é possível, após a conclusão do planejamento da autarquia para o exercício 2013, que está previsto para março de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203486	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Planeje adequadamente as suas aquisições de bens e serviços e somente utilize o CPGF somente para efetuar despesas que, por sua excepcionalidade, não possa se subordinar ao processo normal de aplicação, precedido de licitação ou dispensa, de acordo com os preceitos da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da Providência Adotada			
Menciona-se que, apesar da Regional dispor de um cronograma de necessidades de aquisição de bens e serviços, não há pregoeiros suficientes para realização dos procedimentos licitatórios em tempo hábil. Não obstante a isso, esta Superintendência vem envidando esforços para realizar procedimentos licitatórios em tempo hábil.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Houve redução em relação aos exercícios anteriores das despesas executadas mediante a utilização de CPGF, contudo, registra-se que só será possível medir a melhora desses resultados a partir do exercício de 2013 com planejamento e ações visando a aquisição de bens e serviços por procedimentos licitatórios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O número reduzido de pessoal capacitado na área de licitações é o principal limitador ao desempenho eficaz da recomendação descrita.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203486	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Atue junto ao MPOG objetivando a disponibilização de servidores provenientes do PGPE- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, haja vista o plano de cargos e salários da Unidade não contemplar competências específicas para área de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			-
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhado expediente à Diretoria de Gestão Administrativa do INCRA/Sede, a fim de que atenda a recomendação pois a elaboração e a adequação do plano de cargos e salários dependem de decisão e gestão do INCRA/Sede.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Encaminhamento de expediente à Diretoria de Gestão Administrativa do INCRA/Sede.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta de governabilidade diante do apontamento limita esta Regional a adoção de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203486	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Adote medidas gerenciais e de controle interno no sentido de manter atualizadas no SPIUnet as informações, tais como registros e avaliações, relativas aos imóveis de uso especial da União sob responsabilidade da UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da Providência Adotada			
Nos exercícios de 2011 e 2012, esta Regional fez gestão junto a Secretaria do Patrimônio da União-SPU no sentido de que esse órgão realizasse procedimentos de avaliação dos imóveis de uso especial, sendo que foram avaliados 05 (cinco) imóveis, localizados em Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi. Registra-se que, atualmente, no âmbito desta Regional não há imóveis contendo avaliação vencida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Imóveis com avaliações atualizadas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203486	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Adote, sempre que possível cláusulas prevendo a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental nos seus próximos editais para a aquisição de bens e serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da Providência Adotada			
Registra-se que os editais das licitações do exercício financeiro de 2012 - dentro do possível, levando-se em consideração a não frustração da competitividade, o produto ou serviço e as especificidades do mercado local – foram adaptados às regras de gestão ambiental e licitações sustentáveis. Dessa maneira, informa-se que o pregão eletrônico nº 8/2012, para fornecimento de envelopes personalizados para atender às necessidades desta Regional e de suas Unidades Avançadas atendeu-se aos critérios de sustentabilidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Deflagração do pregão eletrônico nº 8/2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O mercado local e não frustração da competitividade nos procedimento licitatório são os principais limitadores ao atendimento da recomendação mencionada.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203486	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Institua medidas para promover a separação e a coleta seletiva dos resíduos sólidos produzidos na UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da Providência Adotada			
Foi criado, no exercício de 2013, Grupo de Trabalho a fim de promover medidas para separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos na Sede e Unidades Avançadas desta Regional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Instituição de Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, para estudar e propor ações a fim de promover a educação ambiental, a adoção de práticas sustentáveis, a reciclagem, o reaproveitamento, a reutilização de materiais e destinação devida social no âmbito desta Superintendência Regional e sua destinação devida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203486	1.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Adote controles internos adequados e suficientes, de modo a garantir o controle e a cobrança tempestiva das prestações de contas das transferências voluntárias concedidas pela UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da Providência Adotada			
O Gabinete institui controle das parcerias firmadas no âmbito da Regional, sendo gerados relatórios periódicos por meio de extração de dados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses - SICONV a fim de verificar a real situação de cada parceria.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foram expedidas notificações, tanto por meio do SICONV bem como por fax e correspondências.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203486	1.2.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Implante um núcleo de acompanhamento e análise das transferências voluntárias concedidas e providencie a oferta de treinamento aos servidores alocados a esse núcleo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			-
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Registra-se que devido à escassez crônica de pessoal no âmbito desta Regional não foi possível a criação de um núcleo de acompanhamento e análise das transferências voluntárias concedidas. Não obstante a isso, é importante registrar que no dia 26 de fevereiro de foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) os atos de nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público realizado pelo INCRA, em 2010, sendo que para a Regional foram nomeados 04 (quatro) contadores e 03 (três) analistas administrativos. Assim, a partir das posses desses concursado a Regional planejou irá implantar o citado núcleo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A escassez de pessoal no âmbito desta Regional foi limitador de adoção de providências para o cumprimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203486	1.1.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação			
Adote medidas gerenciais e de controle interno, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos previstos do art. 7º da IN/TCU Nº 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Registra-se que, apesar da baixa capacidade operacional do Serviço de Desenvolvimento Humano desta Regional, a SR(26)TO está envidando esforços para garantir que as informações pertinentes ao art. 7º da IN/TCU Nº 55/2007 sejam cadastradas no SISAC e disponibilizadas para o respectivo órgão de controle interno dentro do prazo determinado pelo respectivo normativo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de pessoal e cursos específicos na área limita significativamente a adoção das providencias descritas de forma tempestiva.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109250	2.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter rotina que permita o acompanhamento desde a instauração até a finalização das Tomadas de Contas Especiais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Por meio da Portaria INCRA/P/Nº 508, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2011, folha 40/41, a Auditoria Interna do INCRA tem a atribuição para acompanhar, controlar e supervisionar os processos de Tomadas de Contas Especiais instaurados no âmbito da autarquia. Embora a Autarquia tenha instituído o referido sistema de Acompanhamento de Tomadas de Contas Especiais– SISTCE, a ser gerenciado pela Auditoria Interna, o mesmo ainda não foi implantado			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A não implementação do Sistema de Acompanhamento de Tomadas de Contas Especiais– SISTCE foi o limitador para o não atendimento da recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201109250	2.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Recomendar à Comissão de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria/INCRA/SR-26 n.º 091, de 26/11/2010, que promova a conclusão dos trabalhos referentes aos processos 54400.003686/2007, 54400.000969/2004-39 e 54400.3555/2009-76, no prazo máximo de 60 dias, a contar do recebimento do relatório de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Dos processos descritos não recomendação foram concluídos os de nº 54400.003686/2007 e 54400.3555/2009-76, quanto ao processo de nº 54400.000969/2004-39 não foi finalizado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201109250	3.1.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter rotinas que permitam a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet. ➤ Capacitar pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet; ➤ Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUnet; ➤ Estabelecer rotina para utilização dos imóveis somente a pessoas autorizadas e fins institucionais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Nos exercícios de 2011 e 2012, esta Regional fez gestão junto a Secretaria do Patrimônio da União-SPU no sentido de que esse órgão realizasse procedimentos de avaliação dos imóveis de uso especial, sendo que foram avaliados 05 (cinco) imóveis, localizados em Palmas, Araguaína, Araguatins e Gurupi. Registra-se que, atualmente, no âmbito desta Regional não há imóveis contendo avaliação vencida. A regional criou comissão para elaboração de melhorias das rotinas de utilização institucional dos imóveis que compõem a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins, sendo que está sendo elaborado projeto arquitetônico a fim de promover melhorias na Sala da Cidadania da Sede da SR(26)TO, bem como das demais divisões. Por último foi designado servidor por meio da ordem de serviço para alimentação, atualização e emissão de dados do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUnet, contudo ainda não foi possível capacitar formalmente o servidor designado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201109250	4.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter regras de designação formal de fiscais para cada instrumento pactuado, bem como as atribuições e das formas de acompanhamento; Instituir e manter atualizado o planejamento das fiscalizações atentando para a qualidade dos produtos gerados.			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Divisão de Desenvolvimento			49450
Divisão de Obtenção de Terras			49498
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Registra-se que esta Superintendência Regional designa por meio de ordem de serviço, o fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos instrumentos de parcerias e contratos, contudo, ainda não se conseguiu institucionalizar o planejamento de fiscalizações desses instrumentos no SICONV, muito embora todos em convênios e contratos em execução foram acompanhados/fiscalizados durante o exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A insuficiência de recursos financeiros para cumprir com regularidade o cronograma de desembolso das parcerias firmadas e a dificuldade dos parceiros em executar os objetos pactuados conforme o cronograma físico são os principais limitadores ao planejamento e fiscalização das obras.			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

No final do exercício de 2012, a Auditoria Interna do INCRA em conjunto com a Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão– DEA, realizou no âmbito da SR(26)TO auditoria dos dados lançados pela Regional no Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR.

O objetivo dos trabalhos consistiu na aferição formal da fidedignidade das informações inseridas no respectivo módulo, frente aos registros físicos (documentais) da execução das ações referentes ao exercício de 2011, avaliando a qualidade das informações inseridas pela Regional.

Foram auditados dados de cinco ações:

- i) Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis
- ii) Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
- iii) Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- iv) Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas
- v) Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Reforma Agrária

As ações escolhidas inicialmente para auditoria foram baseadas em critérios de maiores volumes de recursos operacionalizados em 2010 e 2011, representativa geração de bens públicos, além daquelas ações nas quais foram identificados preliminarmente maiores dificuldades na captação e na própria fidedignidade dos dados.

Ainda, registra-se que no exercício de 2012 não houve expedição de recomendações por parte da Auditoria Interna, apenas solicitações de informações a respeito do cumprimento de acórdãos e recomendações dos órgãos de Controle.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	19	-	19
	Entregaram a DBR	19	-	19
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Planilha de acompanhamento de entrega DBR.

Análise Crítica

No âmbito da UJ, o Serviço de Desenvolvimento Humano é o setor responsável pela guarda e solicitação de entrega das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física. A guarda dessas declarações é realizada em pastas específicas, tendo os declarantes, chefias e interessados acesso às mesmas.

Menciona-se que no âmbito da desta regional não há sistema informatizado para o gerenciamento e controle desses procedimentos, e não há análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

Dos quantitativos apresentados, 17 (dezessete) ocupantes de funções comissionadas da autorizaram, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 da Lei 8.429 de 02/06/1992, o acesso via on-line, às declarações anuais apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ruberval Gomes da Silva, CPF 158.213.741-20, Superintendente Regional da SR(26)TO, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, quanto aos convênios e instrumentos congêneres não estão integralmente disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas (TO), 28 de março de 2013

Ruberval Gomes da Silva
CPF 158.213.741-20
Superintendente Regional

11. Informações Contábeis

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Registra-se que esta Regional, atualmente, não está realizando a depreciação dos itens do Ativo Imobilizado em virtude de ter sido encontrado diferenças entre valores físicos e contábeis. Nesse contexto o setor de Patrimônio desta Regional realizou os ajustes e baixas necessárias do acervo patrimonial desta Superintendência Regional, e que a partir do exercício de 2013 esses lançamentos serão realizados em tempo hábil.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional do INCRA do Estado do Tocantins		4148	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Depreciação dos itens do Ativo Imobilizado Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Palmas/TO	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Wesley Barros Rodrigues	CRC nº	1551/O-TO

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

*“Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades **que não executaram** sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.*

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

“Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

Com fundamento nos normativos acima, todas as Unidades Gestoras do INCRA ficam dispensadas da elaboração do item 11.3.

11.4 Parecer da Auditoria Independente

Não houve ocorrência no exercício.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

Situação da Cobrança do Crédito Instalação – Síntese das Ações Realizadas pelo Incra/Sede

Novembro/2011 a março/2012:

Foram realizados testes no módulo cadastro, verificação dos erros corrigidos pela BSI-Tecnologia e melhoria evolutivas, sendo constatado que parte dos erros haviam sido sanados, contudo outros ficaram pendentes.

Concomitantemente, foram realizados também testes preliminares no módulo cobrança, o qual também apresentou algumas inconsistências.

Março a Abril/2012:

Tendo em vista que o contrato com a empresa BSI-Tecnologia expirava em 24/04/2012 e não seria renovado por solicitação da empresa, foi priorizado o saneamento dos erros do módulo cadastro em detrimento ao módulo cobrança em virtude da ordem de preferência, os quais não foram tempestivamente conclusos.

Abril a Setembro/2012:

Nesse período a Autarquia esteve providenciando os trâmites licitatórios para contratação da nova empresa de tecnologia, visando dar continuidade no desenvolvimento do SICCI, contudo, durante parte de período, os trabalhos ficaram prejudicados em virtude de greve nacional dos servidores.

Em meados de setembro, após a greve, foram retomados os trabalhos, sendo organizada uma apresentação da versão atual do Sistema com a presença de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, da Diretoria de Gestão Estratégica e da Diretoria de Desenvolvimento, sendo retomados os trabalhos.

Na época, havia sido contratada emergencialmente a empresa IBROWSER – Tecnologia, para a realização de melhorias evolutivas até que se finalizasse o processo de licitação para a contratação da nova empresa.

Outubro/2012:

Nesse período foi constatada a necessidade de acionar a GARANTIA da construção do módulo cadastro do SICCI junto à empresa BSI - Tecnologia, em virtude das divergências verificadas no sistema e na documentação entregue pela empresa em abril/2012, sendo exigido que a referida empresa realizasse todas as correções de sua responsabilidade, antes da IBROWSER – Tecnologia assumir o projeto.

Novembro/2012:

Nesse período foram testadas e aprovadas as correções realizadas pela BSI-Tecnologia relacionadas a GARANTIA do Sistema, sendo aprovada a documentação e a IBROWSER – Tecnologia assumiu a realização dos trabalhos do módulo CADASTRO.

Diante do compromisso assumido pela IBROWSER – Tecnologia, foram realizadas várias tratativas com a COFIN/STN e Banco do Brasil, visando obter as informações necessárias à parametrização das GRU Cobrança e adesão ao Convênio STN/BB para recebimento do arquivo retorno dos créditos a serem recebidos.

Dezembro/2012:

Os trabalhos relativos ao levantamento dos requisitos necessários para a construção do módulo COBRANÇA foram retomados, inclusive com a participação de técnicos contábeis que avaliaram as regras de cálculos existentes na documentação que já se encontrava finalizada.

No dia 14/12/2012 a IBROWSER – Tecnologia encaminhou resposta a questionamento da Diretoria de Gestão Administrativa, informando que as melhorias do módulo CADASTRO seriam entregues no dia 04/01/2013.

Janeiro/2013:

Diante da eminente entrega dos trabalhos pela IBROWSER – Tecnologia, foram convocados no período 21 a 25 de janeiro, 3 servidores de Superintendências Regionais (MT, PE e PB) para realizar a homologação do MÓDULO CADASTRO.

Infelizmente, no dia 21 de janeiro fomos informados que a empresa IBROWSER – Tecnologia não havia desenvolvido absolutamente nada e que o cronograma apresentado era furado.

Diante da postura da empresa, a Diretoria de Gestão Administrativa requereu ao setor responsável pelo contrato a imediata aplicação das sanções contratuais, bem como solicitou o ressarcimento dos gastos com as diárias e passagens dos técnicos convocados para a homologação.

Fevereiro/2013:

Para não comprometer os trabalhos a Diretoria de Gestão Administrativa enviou para a SR/16-MS em parceria com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentos técnicos de ambas as diretorias para realizar o saneamento do processo de concessão de crédito no Assentamento Bebedouro, visando extrair os dados para o primeiro teste piloto, obviamente após a homologação do sistema.

A Diretoria de Gestão Administrativa, resolveu encerrar as tratativas com a empresa IBROWSER – Tecnologia, face a postura da mesma, optando por aguardar a nova empresa vencedora da licitação.

A empresa vencedora do certame foi SOFTWARE – Tecnologia em Informação.

1ª quinzena de março/2013:

Tão logo a nova empresa assumiu, a DA prontamente solicitou cronograma para retomada dos trabalhos com vistas a homologação do módulo CADASTRO e posterior retomada do módulo COBRANÇA.

A empresa SOFTWARE –Tecnologia estimou o prazo para entrega da interação do módulo CADASTRO em 21/06/2013, conforme relatório de situação entregue no dia 14/03/2013.

AVANÇOS OBTIDOS:

1. Módulo cadastro do sistema praticamente finalizado, restando poucos ajustes, além da homologação;
2. Levantamento de dados para lançamento do Assentamento piloto finalizado (104 famílias e duas modalidades de crédito aplicadas – Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção);
3. Nivelamento com os técnicos indicados pela Diretoria de Desenvolvimento quanto ao saneamento dos processos, haja visto que a responsabilidade pela alimentação do módulo CADASTRO compete a área finalística;
4. Tratativas com a COFIN/STN e com o Banco do Brasil praticamente finalizadas, no tocante a parametrização e emissão de GRU recebimento do arquivo retorno;
5. Possibilidade de início do cadastramento dos créditos concedidos pela área finalística no início do próximo semestre, com base nos processos já saneados;
6. Retomada do desenvolvimento do módulo COBRANÇA concomitantemente com as demais ações, em especial no tocante as melhorias e críticas nas documentações de sistema já produzidas.

REFLEXOS NEGATIVOS

Apesar do enorme, exaustivo e comprovado esforço pela Diretoria de Gestão Administrativa, no momento ainda não é possível:

1. Iniciar a emissão das primeiras GRUs de cobrança, antes da homologação do módulo CADASTRO e de sua respectiva alimentação pela área finalística.
2. Calcular e contabilizar a Provisão para Devedores Duvidosos, uma vez que a mesma é estimada com base nos dados históricos dos créditos a receber comparados com a inadimplência verificada, o que somente pode ser mensurado após o primeiro ano da efetiva cobrança.

PARTE B—CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

Com relação às atividades de Fiscalização de imóveis com área superior a 10.000 hectares, as mesmas vêm sendo regularmente implementadas com todas as áreas identificadas com processos abertos em tramitação regular, cabe aqui ressaltar que estes processos são muito demorados e sua decisão final demanda tempo, e que todos os códigos desses imóveis permanecem cancelados no SNCR até que haja definição final sobre a cadeia sucessória.

Em anexo, tabela XX que demonstra a situação dos processos de fiscalização imóveis com área superior a 10.000 hectares. Registramos que toda e qualquer decisão no sentido de cancelamento de matrícula só poderá ocorrer com parecer emanado da Corregedoria Estadual.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

- a) Redução do volume de crédito orçamentário inscrito em restos a pagar;
- b) Implantação das ações do Plano Brasil Sem Miséria para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento;
- c) Executar o Programa Nacional de Habitação Rural nos projetos de assentamento com a transição das modalidades de Aquisição de Material de Construção e Recuperação de Material de Construção do Programa de Crédito Instalação para o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural;
- d) Ampliação do quadro de servidores com a posse de aprovados no último concurso público realizado pela instituição;
- e) Consolidação das ações de controle interno;
- f) Orçamento para fazer frente à demanda dos projetos de assentamentos na área de saneamento e abastecimento;
- g) Cobrar e buscar apoio para liberação de financeiro para fazer face ao crédito orçamentário empenhado;

Registra-se que as dificuldades apontadas e a execução de ações de mitigações fogem à governabilidade desta Regional, uma vez que estão em primeiro momento condicionadas às decisões políticas de nível nacional e relacionadas também com capacidade operacional desta Regional que sofre reduções em seu quadro há vários exercícios.

ANEXOS

Tabela XXII – Processo de fiscalização de áreas acima de 5.000 hectares

Processo	Imóvel	Área	Município	Situação
54400.002455/2009-22	Faz. Vão de São Bento	9.954,2720	Paraná	Análise/cadastro
54400.001143/2005-78	Faz. Caraíbas	9.722,0882	Conceição do Tocantins	Certificado/arquivo
54400.002349/2006-04	Faz. Santa Angelina	9.374,0024	Brejinho de Nazaré	Pendência de notificação
54400.002035/2008-65	Faz. Canuanã	9.288,6391	Formoso do Araguaia	Pendência de notificação
54400.000586/2008-94	Faz. Canguçu	9.144,3691	Caseara	Análise/cartografia
54400.001172/2010-05	Faz. Terra Dura	9.052,7758	São Bento do Tocantins	Vistoria, para fins de desapropriação
54400.001854/2006-23	Faz. Cachoeira do Cajá	8.985,5822	Dianópolis	Reanálise/cadastro
54400.000926/2008-87	Faz. São Francisco	8.805,4214	Paraná	Encaminhado ao Itertins
54400.003584/2007-76	Faz. Canaã	8.607,1063	Sandolândia	Análise/cadastro
54400.001656/2006-60	Faz. Retiro	8.582,8607	Paraná	Certificado/Análise/cadastro/desmembramento
54400.002255/2010-11	Faz. Vereda Do Tocantins	8.455,5838	Novo Acordo	Análise/cadastro
54400.000152/2007-11	Faz. Santo Antonio	8.396,7629	Ananás	Análise cadeia sucessória
54400.001552/2005-74	Faz. Osara II	8.354,6910	São Sebastião do Tocantins	Análise/cadastro
54400.003288/2007-75	Faz. Cajamunum II	8.318,6234	São Valério da Natividade	Análise/cartografia
54400.003322/2007-10	Faz. Quatro Estrelas	8.289,9859	Goiatins	Pendência de notificação
54400.001054/2008-74	Faz. Rio Formoso	8.286,8418	Dueré	Análise/cadastro
54400.002648/2007-11	Faz. Terra Grande II	7.884,1067	Bernardo Sayão	Pendência de notificação
54400.000678/2009-55	Faz. Gaivota	7.880,0939	Dois Irmãos	Análise/cadastro
54400.003061/2009-91	Faz. Três Fronteiras I, II e III	7.870,6026	Santa Rita do Tocantins	Análise/cadastro
54400.001147/2009-80	Faz. Esmeralda	7.738,4390	Arapoema	Análise cadeia sucessória
54400.001911/2010-51	Faz. Remansão	7.709,8757	Dueré	Análise/cadastro
54380.000432/2009-69	Faz. Nova Colina	7.669,2135	Barreira do Piauí	Encaminhado a SR(24)PI
54400.001473/2007-25	Faz. Trayrase Conceição	7.650,5877	Arraias	Pendência de notificação
54400.001878/2007-63	Faz. Agua Fria	7.641,2852	Presidente Kennedy	Pendência de notificação
54400.003460/2009-52	Faz. Curralinho	7.468,9291	Paraná	Análise/cadastro
54400.000962/2008-41	Faz. Barbie	7.433,3566	Formoso do Araguaia	Pendência de notificação
54400.001867/2008-64	Faz. Vale do Jenipapo	7.282,3005	Pau D'arco	Pendência de notificação
54400.000410/2006-71	Faz. Laranjeira	7.254,2169	Conceição do Tocantins	Reanálise/cadastro

54400.002239/2007-15	Faz. Triangulo	7.234,5950	Muricilândia	Pendência de notificação
54400.002038/2006-37	Faz. Boiadeira	7.218,5771	Angico	Certificado/arquivo
54400.000927/2008-21	Faz. Boa Esperança	7.115,2013	Paranã	Encaminhado ao Itertins
54400.000131/2005-26	Faz. Caracol e Macatuba	7.017,9323	Ipueiras	Encerrado/certificado/arquivo
54400.001256/2010-31	Faz. Altamira	6.870,6630	Pium	Análise/cadastro
54400.000925/2008-32	Faz. Quatro Amigos	6.870,6311	Abreulândia	Pendência de notificação
54400.002221/2009-85	Faz. Cerrado Verde	6.826,9727	Araguacema	Pendência de notificação
54400.003190/2007-18	Faz. Cajamunum	6.823,1162	São Valério Da Natividade	Encerrado/certificado/arquivo
54400.001468/2010-18	Faz. Aprazível	6.819,9065	Talismã	Análise/cadastro
54400.000223/2008-59	Faz. Araguaia e Baixa Verde	6.784,0230	Araguaína	Encaminhado ao Itertins
54400.001091/2006-11	Faz. Andorinha I	6.778,6574	Pau D'arco	Encerrado/certificado/arquivo
54400.001109/2006-84	Faz. Santo Antonio E Outras	6.743,9759	Ananás	Análise/cadastro
54400.000492/2008-15	Faz. São João	6.717,9504	Peixe	Pendência de notificação
54400.000257/2010-68	Faz. São Bento	6.712,2219	Marianópolis	Pendência de notificação
54400.002252/2009-36	Faz. Eldorado	6.694,9810	Mateiros	Pendência de notificação
54400.001578/2006-01	Faz. Canaã	6.559,4972	Aragominas	Pendência de notificação
54400.002819/2008-93	Faz. Vale Tudo	6.501,9584	Carmolândia	Análise/cadastro
54400.000087/2006-35	Faz. Guanabara	6.481,0200	Ananás	Arquivado
54400.002821/2007-81	Faz. Marupiara	6.455,8148	Guaraí	Pendência de notificação
54400.001738/2006-12	Faz. Santa Marta	6.452,3186	Piraquê	Análise/cadastro
54400.001089/2010-28	Faz. Dalben	6.448,2589	Divinópolis	Pendência de notificação
54400.002337/2009-14	Faz. Salione	6.440,4572	Ponte Alta do Tocantins	Análise/cadastro
54400.003085/2009-41	Faz. São Francisco e Boca da Mata	6.436,0751	Ananás	Análise/cadastro
54400.002588/2008-18	Faz. Caiçara	6.427,8618	Conceição do Tocantins	Análise/cartografia
54400.003073/2009-16	Faz. Santa Terezinha	6.363,1220	Fortaleza Do Tabocão	Análise/cadastro
54400.003070/2009-82	Faz. Junção dos Lotes 07 do Lotº Piabanha	6.348,9496	Lizarda	Análise/cadastro
54400.003740/2009-61	Faz. São Francisco E Boca Da Mata	6.348,6408	Ananás	Vistoria para desapropriação
54400.002341/2009-81	Faz. Carrasco	6.344,1934	Ponte Alta do Tocantins	Análise/cadastro
54400.000276/2008-70	Lotes 166, 167, 165,	6.338,3609	Lagoa do Tocantins	Reanálise/cadastro
54400.003447/2009-01	Faz. Eldorado	6.314,1023	Couto de Magalhães	Análise/cadastro

54400.000221/2007-89	Lotes 8, 84 A 87 E 89	6.285,9723	Muricilândia	Pendência de notificação
54400.000967/2008-73	Faz. Nossa Senhora Aparecida	6.277,2176	Ananás	Pendência de notificação
54400.001078/2008-23	Faz. Joma	6.254,4789	Paranã	Elaboração de cadeia sucessória
54400.003340/2009-55	Faz. Bacaba, São Luiz e Retiro Da Serrinha	6.247,4719	Miranorte	Obtenção de terras
54400.000996/2006-73	Faz. Esplanadas	6.199,6395	Peixe	Certificado/arquivo
54400.003475/2009-11	Faz. Traçadal	6.187,8987	Paranã	Regularização fundiária
54400.000356/2007-44	Faz. Boa Vista	6.171,5756	Jaú do Tocantins	Verificar domínio do imóvel
54400.000528/2006-07	Faz. Mirador	6.099,5017	Dianópolis	Certificado/arquivo
54400.002372/2010-77	Faz. Nossa Senhora Aparecida	6.081,7118	Dianópolis	Análise/cadastro
54400.003129/2009-32	Faz. São Pedro, Santa Lídia E Talismã	6.051,8431	Marianópolis	Vistoria desapropriação
54400.003703/2007-91	Faz. São Bento	6.046,0218	Conceição do Tocantins	Pendência de notificação
54400.001598/2005-93	Faz. Estiva	6.003,8114	Guaraí	Certificado/arquivo
54400.000099/2006-60	Faz. Santa Lucia	5.976,7191	São Bento Do Tocantins	Pendência de notificação
54400.000583/2008-51	Faz. Três Poderes	5.960,5873	Nova Olinda	Verificar sobreposição
54400.003298/2007-19	Faz. Maracaja	5.940,5067	Caseara	Pendência de notificação
54400.001123/2005-05	Faz. Loteamento Santo Antonio	5.926,4057	Campos Lindos	Reanálise/cadastro
54400.001129/2005-74	Faz. São Luiz I E Ii	5.887,4359	Sucupira	Reanálise/cadastro
54400.000213/2008-13	Faz. Nayara	5.871,1461	Dueré	Reanálise/cadastro
54400.001490/2006-81	Faz. Eldorado	5.870,7480	Arapoema	Certificado/arquivo
54400.001582/2010-48	Faz. Monte Alegre	5.843,7911	Arraias	Reanálise/cadastro
54400.00088/2006-80	Faz. Pedra E São Domingos	5.829,5239	Ponte Alta do Tocantins	Encerrado/certificado/arquivado
54400.000531/2009-65	Faz. Santa Maria	5.827,0048	Goiatins	Análise/cartografia
54400.000060/2010-29	Faz. Larga do Zé Januario	5.789,1162	Paranã	Pendência de notificação
54400.003603/2007-64	Faz. Ipuca	5.772,0010	Lagoa da Confusão	Reanálise/laudo
54400.002470/2010-12	Faz. Santa Fé	5.726,6318	Peixe	Análise/cadastro
54400.002477/2010-26	Faz. Lote 09, Lotº Jalapão	5.726,6318	São Felix do Tocantins	Análise/cartografia
54400.002258/2007-41	Faz. Borborema Ii	5.712,4334	Arapoema	Reanálise/cartografia
54400.001579/2006-48	Faz. Caramuru	5.683,9304	Pequizeiro	Certificado/arquivo
54400.000415/2008-65	Faz. Rio Verde	5.678,2556	Sandolândia	Pendência de notificação

54400.001210/2008-05	Faz. Retiro	5.660,2832	Natividade	Encaminhado ao Itertins
54400.000408/2006-00	Faz. Céu Azul	5.632,1806	Divinópolis	Certificado/arquivo
54400.003296/2007-11	Faz. Bacaba	5.626,4451	Caseara	Certificado/arquivo
54380.003794/2008-21	Faz. Nova Fronteira	5.617,0903	Barreiras do Pi (Mateiros To)	Definir dominialidade do imóvel
54400.002070/2009-65	Faz. Marajoara E Santa Monica	5.578,7062	Araguatins	Pendência de notificação
54400.001517/2008-06	LOTES 19,20 E 21, Lotº PONTE ALTA	5.557,3931	Mateiros	Análise/cadastro
54400.002120/2005-81	Faz. Belo Horizonte	5.552,6565	Filadélfia	Análise/cadastro
54400.002988/2007-42	Faz. Sudam	5.524,5878	Pugmil	Vistoria desapropriação
54400.003683/2007-58	Faz. Califórnia	5.517,9503	Piraquê	Encaminhado à SRFA-09
54400.001486/2006-13	Faz. Imperial e Vereda Bonita	5.455,4178	Rio dos Bois	Encerrado/certificado/arquivo
54400.002143/2007-57	Lotes 03, 07 E 08-B	5.449,8879	Mateiros	Reanálise/cartografia
54400.002304/2008-93	LOTES 01 A 04 E 06-B, Lotº ESPIRITO SANTO	5.446,9035	Brejinho De Nazaré	Análise/cadastro
54400.000197/2008-69	Faz. Nossa Senhora Do Carmo	5.414,4886	Araguacema	Reanálise/cadastro
54400.001148/2007-62	Faz. São Francisco	5.392,9277	Caseara	Encerrado/certificado/arquivo
54400.002101/2005-54	Faz. Umuarama	5.388,2403	Pau D'arco	Pendência de notificação
54400.000998/2006-62	Agropecuária Dois R Ltda.	5.377,4150	Ananás	Encerrado/certificado/arquivo
54400.000365/2007-35	Faz. Três Irmãos	5.369,7354	Recursolândia	Pendência de notificação
54400.000156/2010-97	Lotº Jalapão-Lotes 8, 10 E 11	5.337,2319	São Felix do Tocantins	Análise/cadastro
54400.002074/2007-81	Faz. Água Limpa	5.277,5023	Dianópolis	Encerrado/arquivado
54400.000230/2007-70	Faz. Marajoara	5.255,9167	Cariri Do Tocantins	Encerrado/certificado/arquivo
54400.003323/2009-18	Faz. São Sebastião Da Serra Grande	5.221,5967	Paranã	Análise/cadastro
54400.002164/2008-53	Faz. Espírito Santo	5.211,9366	Conceição do Tocantins	Análise/cadastro
54400.000654/2010-30	Faz. Quero-Quero	5.200,4585	Gurupi	Reanálise/cadastro
54400.002411/2010-36	Faz. Canto Do Sítio	5.174,0947	Recursolândia	Análise/cadastro
54400.001806/2010-11	Pólo De Fruticultura Irrigada São João	5.170,1842	Porto Nacional	Certificado/arquivo

54400.001948/2008-64	Faz. Divisa Do Panamá	5.150,8076	Araguaçu	Análise/cartografia
54400.001578/2010-80	Faz. Eldorado	5.118,4642	Mateiros	Análise/cadastro
54400.002036/2008-18	Faz. Vale Da Serra	5.104,6443	Campos Lindos	Aguardando reanálise
54400.000098/2006-15	Faz. Rancho Grande	5.083,0618	Ananás	Pendência de notificação
54400.002539/2007-02	Faz. Serra Azul	5.073,1280	Rio Sono	Pendência de notificação
54400.002388/2006-01	Faz. Primavera	5.063,4619	Lagoa Da Confusão	Encerrado/certificado/arquivo
54400.000155/2010-42	Lot° Jalapao - Lotes 12 E 13	5.062,3293	São Felix do Tocantins	Pendência de notificação
54400.001717/2006-99	Faz. Mourão II	5.061,1596	Itaporã do Tocantins	Pendência de notificação
54400.000273/2009-17	Faz. Curitiba	5.058,0438	Colméia	Análise/cartografia
54400.001165/2008-81	Faz. Canto Bom, Retiro e Santa Maria	5.045,4548	Darcinópolis	Encaminhado SRFA-09
54400.000759/2009-55	Faz. Dois Irmãos	5.039,8101	Dois Irmãos	Reanálise/cadastro
54400.000746/2010-10	Faz. Dom Bosco E Nossa Senhora de Fátima	5.034,8644	Aragominas	Pendência de notificação
54400.003456/2009-94	Faz. Niterói I E II	5.030,2516	Lagoa Do Tocantins	Análise/cadastro
54400.001535/2008-80	Faz. Girassol	5.021,9067	Dianópolis	Pendência de notificação
54400.002336/2010-11	Faz. Limoeiro	5.012,4972	Xambioá	Fila de espera para analisar
54400.001865/2008-75	Faz. Ângelo E Felicidade	5.008,8798	Pau D'arco	Análise/Itertins
54400.001121/2005-16	Faz. Uberlândia	5.001,7428	Conceição do Tocantins	Encerrado/certificado/arquivo
TOTAL		826.904,4011		

Fonte: Planilha SR(26)/F

Tabela XXIII – Frota SR(26)TO

Nº	Jurisdição	Descrição do Veículo	Placa da Viatura	Estado de Conservação
1	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MWX-1468	Ótimo
2	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MWY-9738	Ótimo
3	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MWY-9778	Ótimo
4	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MWY-9798	Ótimo
5	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD - 6963	Ótimo
6	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD - 7073	Ótimo
7	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD - 6813	Bom
8	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD - 6893	Ótimo
9	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MWR-1144	Ótimo
10	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MWS - 4287	Bom
11	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo PICK-UP/L-200/cabine Dupla	MWI-1889	Bom
12	SR-26/TO UAGT	Automóvel tipo PIC-UP/L-200/Cabine Dupla	MWB -1586	Bom
13	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MVZ-0939	Ruim
14	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MVZ-0845	Ruim
15	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/L200/Cabine Dupla	MWB-9671	Ruim
16	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER/Cabine Dupla	MWI-9312	Ruim
17	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER/Cabine Dupla	MWJ-0341	Bom
18	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER Cabine Dupla	MWJ-8265	Bom
19	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER/Cabine Dupla	MWV-9720	Bom
20	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER	MWH-7213	Bom
21	SR-26/TO Sede	Automóvel de Passeio/PALIO/08	MWJ-4491	Bom
22	SR-26/TO Sede	Automóvel de Passeio/PALIO/08	MWJ-0504	Bom
23	SR-26/TO Sede	Automóvel de passeio/PÀLIO/04 portas	MVW-6186	Ruim
24	SR-26/TO Sede	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MVV-9361	Ruim
25	SR-26/TO Sede	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MVW-0872	Ruim

26	SR-26/TO Sede	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MVX-3864	Ruim
27	SR-26/TO Sede	Caminhão com carroceria	MVR-4490	Ruim
28	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo CAMINHÃO/Carroceria Aberta	MWH-6292	Bom
29	SR-26/TO Sede	Ônibus passageiro/VERSATILE I	JHN-6523	Bom
30	SR-26/TO Sede	Automóvel de Passeio/PARATI	MVX-7060	Inservível
31	SR-26/TO Sede	TOYOTA/Camionete Cab. Dupla	MVP-2250	Inservível
32	SR-26/TO Sede	TOYOTA/Camionete Cab. Dupla	MVP-2230	Inservível
33	SR-26/TO Sede	TOYOTA/Camionete Cab. Dupla	MVP-2200	Inservível
34	SR-26/TO Sede	CAMIONETE RANGER/CABINE DUPLA	MWN-1060	Inservível
35	SR-26/TO Sede	Automóvel de Passeio/UNO Mille/04 portas	MVX-6262	Inservível
36	SR-26/TO Sede	Caminhão com Carroceria Aberta	MVM-1564	Inservível
37	SR-26/TO Sede	Camionete D20 Cab. Dupla	MVL-5865	Inservível
38	SR-26/TO Sede	Camionete D20 Cab. Dupla	MVM-9394	Inservível
39	SR-26/TO Sede	Camionete D20 Cab. Dupla	MVO-8354	Inservível
40	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER/Cabine Dupla	MWN-1070	Inservível
41	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo PICK-UP/F-1000	MVN-6235	Inservível
42	SR-26/TO Sede	Caminhão com Carroceria	MVR-1320	Inservível
43	SR-26/TO Sede	Automóvel tipo PICK-UP/TOYOTA	MVR-1900	Inservível
44	SR-26/TO Terra Legal Sede	Automóvel pick-up L-200 cabine dupla	MXD-6663	Ótimo
45	SR-26/TO Terra Legal sede	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD-6763	Ótimo
46	SR-26/TO Terra Legal Sede	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MWX-6153	Ótimo
47	SR-26/TO Terra Legal sede	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MWX-6303	Ótimo
48	SR-26/TO Terra Legal Sede	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MWX-6263	Ótimo
49	SR-26/TO UAA	Automóvel tipo/PICK-UP/L200/Cabine Dupla	MWB-1576	Bom
50	SR-26/TO UAA	Automóvel Pick-Up-L-200	MWC-7853	Bom
51	SR-26/TO UAA	Automóvel tipo /pick-up/RANGER/ Cabine dupla	MWP-9393	Bom
52	SR-26/TO UAA	Automóvel de Passeio/PALIO/08	MWO-9828	Regular
53	SR-26/TO UAA	Automóvel de Passeio/UNO Mille/04 portas	MVV-9301	Ruim

54	SR-26/TO UAA	Caminhão com Carroceria	MVM-1834	Ruim
55	SR-26/TO UAA	Automóvel tipo Gol/ VW- CLI 2 Portas	MVM-7133	Inservível
56	SR-26/TO UAA	Automóvel tipo PICK-/D-20 cabine dupla	MVO-8364	Inservível
57	SR-26/TO UAA	Automóvel tipo PICK-UP/RANGER/Cabine Dupla	MVX-2700	Inservível
58	SR-26/TO UAA	Automóvel tipo PICK-UP/F-1000	MVL-1090	Inservível
59	SR-26/TO Terra Legal UAA	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD - 6693	Ótimo
60	SR-26/TO Terra Legal UAA	Automóvel de passeio /UNO MILLE	MWX-6083	Ótimo
61	SR-26/TO Terra Legal UAA	Automóvel de Passeio/UNO/10	MWX-6043	Ótimo
62	SR-26/TO UAG	Automóvel tipo/PICK-UP/L200/Cabine Dupla	MWE-3279	Regular
63	SR-26/TO UAG	Automóvel tipo PICK-UP/L-200/ Cabine Dupla	MVW-8961	Regular
64	SR-26/TO UAG	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER/cabine Dupla /2008	MXF-5698	Bom
65	SR-26/TO UAG	Automóvel tipo/PICK-UP/RANGER/Cabine Dupla	MWM-5129	Regular
66	SR-26/TO UAG	Automóvel de Passeio/PALIO/08	MWK-5154	Bom
67	SR-26/TO Terra Legal UAG	Automóvel tipo pick-up L-200 cabine dupla	MXD - 6863	Bom
68	SR-26/TO Terra Legal UAG	Automóvel de passeio/UNO MILLE/ 4 Portas	MWX-6203	Bom
69	SR-26/TO UAGT	Automóvel tipo/PICK-UP/L200/Cabine Dupla	MXD-6913	Ótimo
70	SR-26/TO UAGT	Automóvel de Passeio/PALIO/08	MWL-1939	Bom

Fonte: Planilha de Veículos SR(26)/A

Tabela XXIV–Obras concluídas no exercício financeiro de 2012

Modalidade	Nº	Entidade Conveniente/ Contratada	Município	Projeto de Assentamento	Obras				
					Famílias (capacidade)	Recuperação Estrada Km.	Implantação Estrada (Km)	Ponte (m)	Bueiro (m)
Convênio	703529/2009	Prefeitura Municipal	Araguatins	Dona Eunice	78	7,50	2,50	-	-
Convênio	703529/2009	Prefeitura Municipal	Araguatins	Palmares	52	4,35	2,44	5,00	30,00
Convênio	703529/2009	Prefeitura Municipal	Araguatins	Transaraguaia	45	-	9,56	10,00	24,00
Convênio	703529/2009	Prefeitura Municipal	Araguatins	Professora Djanira	60	8,29	-	-	-
Convênio	703529/2009	Prefeitura Municipal	Araguatins	Marcos Freire	81	15,64	-	-	31,00
Convênio	752967/2010	Prefeitura Municipal	Buriti do Tocantins	Sossego	25	-	11,47	-	-
Convênio	752967/2010	Prefeitura Municipal	Buriti do Tocantins	Canaã	34	-	10,75	-	-
Convênio	752967/2010	Prefeitura Municipal	Buriti do Tocantins	Boa Sorte	60	-	1,80	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Lago Preto	72	-	5,50	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Mulatos	64	-	1,65	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Esperantina	40	-	4,80	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Portela	38	-	3,30	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Restinga	14	-	6,40	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Tobasa	62	-	7,10	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Bico do Papagaio	17	-	2,00	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Araguaiala	63	-	1,55	-	-
Convênio	733664/2010	Prefeitura Municipal	Esperantina	Santa Cruz	281	-	5,08	-	18,00
Convênio	734152/2010	Prefeitura Municipal	Itaguatins	Reis	148	3,91	12,21	-	-
Convênio	733659/2010	Prefeitura Municipal	Praia Norte	Camarão	53	-	10,38	-	-
Convênio	756203/2011	Prefeitura Municipal	Praia Norte	Praia Norte	163	-	11,60	10,00	140,00
Convênio	756203/2011	Prefeitura Municipal	Praia Norte	Camarão	53	-	3,16	-	-
Convênio	756203/2011	Prefeitura Municipal	Praia Norte	Camarão II	139	-	6,55	-	-
Convênio	733663/2010	Prefeitura Municipal	Riachinho	Canoa	130	-	26,00	-	-
Convênio	733663/2010	Prefeitura Municipal	Riachinho	Colorado	76	-	2,35	-	-
Contrato	17.000/2009	Técnica Viária	Aragominas	Reunidas	407	-	2,00	-	-
Contrato	17.000/2009	Técnica Viária	Darcinópolis	São Paulo	112	-	10,00	-	-
Contrato	17.000/2009	Técnica Viária	Darcinópolis	Amigos da Terra	160	-	10,00	-	-
Contrato	17.000/2009	Técnica Viária	Darcinópolis	Destilaria	49	-	10,00	-	-
Contrato	16.000/2009	Técnica Viária	Miracema do TO	Brejinho	71	-	15,00	14,00	-
Contrato	16.000/2009	Técnica Viária	Nova Olinda	Remansão	166	-	9,00	8,00	-
Contrato	18.000/2009	Técnica Viária	Wanderlândia	Costa rica	155	-	7,00	-	-

Contrato	18.000/2009	Técnica Viária	Wanderlândia	Ipê Amarelo	41	-	5,00	5,00	-
Contrato	18.000/2009	Técnica Viária	Wanderlândia	Estrela	35	-	7,00	-	-
Total					3.044	39,68	223,17	52,00	243,00

Fonte: Planilha acompanhamento SR(26)/D